



Relatório e Contas Consolidadas

30-06-2024

Época 2023/2024



Índice

Relatório Consolidado de Gestão	1
Demonstrações Financeiras Consolidadas 2023	23
Balanço Consolidado em 30 de junho de 2024	24
Demonstração Consolidada dos Resultados em 30 de junho 2024	25
Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa em 30 de junho de 2024	26
Demonstração Consolidada das Alterações nos Fundos Patrimoniais – Período 2023	27
Demonstração Consolidada das Alterações nos Fundos Patrimoniais – Período 2022	28
Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas em 30 de junho de 2024	29
Parecer do Conselho Fiscal	65
Relatório de Auditoria	67



**Relatório Consolidado de Gestão
2023**

30-06-2024

Época 2023/2024



Relatório Consolidado de Gestão

1. ÓRGÃOS SOCIAIS

ASSEMBLEIA-GERAL

Presidente: Rui António Macedo Gomes

Vice-Presidente: Rui Pedro Teixeira Ribeiro dos Reis

1º Secretário: Pedro Nuno Saraiva Faria

2º Secretário: João Pedro Ferreira da Silva

CONSELHO FISCAL

Presidente: Francisco José Freitas da Silva

Vice-Presidente: Nelson Jorge dos Santos Gomes
Dias

1º Secretário: Maria Isabel Alves Caneiro Bastos

DIREÇÃO

Presidente: Rui Manuel Freitas da Silva

Presidente-adjunto: Francisco Senra da Silva

Vice-Presidente: Filipe Alexandre Martins Sousa

Vice-Presidente: Sérgio Filipe Campelo Carvalho

Vice-Presidente: Domingos Emanuel Araújo Leite
Silva Lopes

Vice-Presidente: Francisco Barbosa Magalhães

Vice-Presidente: Hugo Alexandre de Sousa Lomba

Vice-Presidente: Hugo Domingos Sousa Ricardo

Vice-Presidente: Pedro Jorge de Oliveira Veiga Anjos

Vice-Presidente: António Pedro Pinto da Fonseca
Magalhães

Diretor: Ricardo da Silva Fernandes Mano

Diretor: Jorge Manuel Lomba Dias

Diretor: Tiago da Silva Fernandes Mano

Diretor: Paulo Martins Cardoso

Diretor: Fernando Fernandes Miranda

Diretor: Mário António Barroso de Andrade Faria

Diretor: Jorge Lino Freitas Dias da Silva



SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS:

Estádio Cidade de Barcelos

Lugar do Faial – S. João de Vila Boa

4750 - 786 Barcelos – Portugal

Telefone: 253 811 523 / 253 824 639 – Fax: 253 823 102

www.gilvicentefc.pt

2. INTRODUÇÃO

Senhores Associados,

Em cumprimento do disposto no art.º 51.º dos Estatutos do Clube, vem esta Direção apresentar e submeter à Vossa apreciação, com referência ao período de 2023, o Relatório e Contas Consolidado do **GIL VICENTE FUTEBOL CLUBE**, doravante também designado de Grupo.

O período económico em análise teve a duração de 12 meses, tendo decorrido entre 1 de julho de 2023 e 30 de junho de 2024.

3. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE E PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

O Grupo Gil Vicente Futebol Clube (doravante designada por Grupo ou GVFC) é uma Instituição de Utilidade Pública, com sede na Rua D. Diogo Pinheiro nº25, em Barcelos, com o número de identificação de pessoa coletiva 501 228 802.

As presentes demonstrações financeiras são as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo, sendo que as várias demonstrações financeiras individuais das entidades incluídas no perímetro de consolidação foram apresentadas separadamente. Trata-se das primeiras demonstrações financeiras consolidadas apresentadas pelo Grupo dado que foram ultrapassados os limites que permitiam em anos anteriores ser considerado um pequeno grupo. As presentes demonstrações financeiras constituem as demonstrações financeiras anuais, abrangendo o período de 01 de julho de 2023 a 30 de julho de 2024 e respetivos valores comparativos.

O grupo é composto pelas seguintes entidades:



Entidade	Natureza	Sede
Gil Vicente Futebol Clube (GVFC) <i>Empresa mãe</i>	Pessoa coletiva de utilidade pública	Rua Diogo Pinheiro, nº 25, Distrito: Braga Concelho: Barcelos Freguesia: Barcelos, V.Boa, V.Frescainha 4750 - 282 Barcelos
Gil Vicente Futebol Clube – Futebol SDUQ, Lda. (SDUQ) <i>(detido a 100% pelo Gil Vicente Futebol Clube)</i>	Sociedade por quotas	Rua Diogo Pinheiro, nº 25, Apartado 197 Distrito: Braga Concelho: Barcelos Freguesia: Barcelos, V.Boa, V.Frescainha 4750 - 282 Barcelos

Fundado em 3 de maio de 1924, o Gil Vicente Futebol Clube tem por objeto o fomento e desenvolvimento de atividade desportiva no âmbito da formação e desporto profissional.

No dia dez de maio de dois mil e treze foi criada a sociedade Gil Vicente Futebol Clube, Futebol, SDUQ, Lda., que, nos termos da alínea c) do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 10/2013, de 25 de janeiro, resultou da personalização jurídica da equipa do Gil Vicente Futebol Clube, a qual participa nas competições profissionais de futebol. No ato da constituição da sociedade desportiva, o clube fundador transferiu para a sociedade desportiva a totalidade dos direitos e obrigações de que era titular e que se encontravam afetos à participação nas competições desportivas profissionais da modalidade de futebol e que passaram a integrar o objeto social da sociedade desportiva.

A Direção entende que estas demonstrações financeiras consolidadas refletem de forma verdadeira e apropriada as operações do grupo, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

A árvore de participações do Grupo apresenta a seguinte configuração:





4. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

Em 2024–26, a atividade económica em Portugal deverá manter um crescimento próximo do tendencial e superior ao da área do euro, entre 2 e 2,3%. A inflação continuará a reduzir-se de forma similar à da área do euro, convergindo para 2%, o objetivo de política monetária do Banco Central Europeu (BCE).

Nos últimos dois anos, a economia portuguesa enfrentou uma sucessão de choques de origem internacional, que se traduziram numa desaceleração da procura externa, num aumento da inflação e numa maior restritividade da política monetária, implicando um agravamento das condições financeiras.

O crescimento da atividade beneficiou do dinamismo das exportações, que refletiu a recuperação da procura de alguns serviços após a pandemia e ganhos de quota de mercado. A expansão da atividade coexistiu com um mercado de trabalho dinâmico, onde os constrangimentos do lado da oferta de trabalho têm sido atenuados pelo crescimento da população ativa, nomeadamente pelo aumento da taxa de atividade e por saldos migratórios positivos.

Projeta-se uma dissipação do impacto dos choques recentes e uma melhoria do enquadramento internacional. A procura interna beneficia da redução da inflação e de condições de financiamento menos restritivas, bem como da implementação de projetos financiados por fundos europeus, acelerando de 1,4% em 2023 para 2,4% em média em 2025–26. As exportações mantêm um crescimento dinâmico, de 3,8% em termos médios, com a aceleração da procura externa e ganhos de quota de mercado a compensarem parcialmente a dissipação do impulso proporcionado pela recuperação pós-pandémica dos serviços. O mercado de trabalho mantém uma evolução favorável, com um aumento anual do emprego de cerca de 0,9% e uma taxa de desemprego próxima de 6,6%, inferior à tendencial.

A atividade cresceu 0,7% em cadeia no final do ano passado e no início de 2024, após uma estagnação no segundo e terceiro trimestres de 2023. O dinamismo recente refletiu o comportamento do consumo privado e das exportações. A Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) também cresceu no conjunto dos dois trimestres. O crescimento em cadeia da atividade em 2024–26 oscila em torno de 0,6%. A inflação estabilizou no início de 2024 em 2,5%, devendo situar-se em 2,7% no segundo trimestre e reduzir-se para 2,4% na segunda metade do ano. Esta flutuação reflete efeitos base relacionados com a componente energética e com a medida do IVA zero. A inflação deverá diminuir para taxas próximas de 2% no início de 2025, mantendo-se depois estável.

A composição do PIB retoma a evolução observada nos anos anteriores à pandemia, com um aumento do peso das exportações e da FBCF. As exportações contribuem (em termos líquidos de conteúdos importados) 0,9 pontos percentuais (pp) para a variação média anual do PIB em 2024–26. O contributo da FBCF aumenta no horizonte, enquanto o contributo do consumo se mantém estável. Este padrão de crescimento, caracterizado pelo dinamismo das exportações e do investimento, é consistente com a manutenção de equilíbrios macroeconómicos fundamentais, com destaque para o excedente das contas externas. São também estas componentes que mais contribuem para a manutenção de um diferencial positivo de crescimento face à área do euro (0,9 pp em média). O investimento cresce mais em Portugal refletindo, em larga medida, o impacto dos maiores recebimentos de fundos europeus, enquanto o diferencial nas



exportações é explicado pela manutenção de ganhos de quota de mercado. No entanto, o crescimento do PIB em 2024–26 é inferior ao observado no período pré-pandémico, refletindo *inter alia* condições de financiamento mais desfavoráveis e um menor crescimento da procura externa.

O consumo privado cresce 1,9% em 2024–26, após 1,7% em 2023, beneficiando do dinamismo do rendimento disponível real. A aceleração do rendimento disponível real em 2024 para 3,9% reflete a redução da inflação e um crescimento estável do rendimento disponível nominal, com o abrandamento dos salários a ser compensado pelo impacto da redução dos impostos diretos e do aumento das transferências internas. A dissipação destes efeitos e o menor crescimento da massa salarial traduzem-se num abrandamento do rendimento disponível real para 2% em 2025–26.

A contida transmissão do aumento do rendimento disponível ao consumo privado em 2024 reflete parcialmente o facto da redução dos impostos diretos ser maior para as famílias de rendimentos mais elevados, cuja propensão marginal a consumir é menor. A manutenção de condições de financiamento restritivas condiciona, também, as decisões de consumo das famílias endividadas e a despesa no consumo de bens duradouros com recurso ao crédito. Adicionalmente, a almofada da poupança é menor porque, de acordo com o Inquérito sobre as Expectativas dos Consumidores divulgado pelo BCE, a sua redução foi uma das estratégias utilizadas pelas famílias para lidar com o surto inflacionista recente.

É expectável que a descida da inflação e as taxas de juro mais elevadas criem incentivos à poupança.

Assim, a taxa de poupança aumenta em 2024 para 8,1% do rendimento disponível, e estabiliza em 2025–26 em 8,3%, um valor superior ao observado nos anos anteriores à pandemia (6,9% em média em 2015–19), embora inferior ao da média da área do euro.

O consumo público deverá apresentar uma variação média anual de 0,9% (1% em 2023), com um crescimento moderado do emprego público.

A FBCF cresce 3,3% em 2024, 6,1% em 2025 e 5% em 2026, beneficiando dos fundos europeus e da melhoria gradual das condições financeiras. Em 2024, a aceleração da FBCF decorre essencialmente da evolução do investimento público — favorecido por recebimentos de fundos europeus, com destaque para os ligados ao Mecanismo de Recuperação e Resiliência — cujo crescimento será mais contido nos anos seguintes. A restritividade das condições de financiamento criou alguns estrangimentos às empresas, embora a evidência sugira que estes não foram muito significativos, num quadro de maior utilização de fundos gerados internamente. A dissipação progressiva destes estrangimentos, a par do impacto da maior execução de projetos associados a fundos europeus, implica uma aceleração do investimento empresarial para taxas de variação mais compatíveis com a sua elasticidade histórica face à atividade. O investimento em habitação deverá registar uma queda ligeira em 2024, num contexto em que o setor da construção continua a ser afetado por limitações no acesso a mão de obra e em que as condições de financiamento permanecem restritivas. A dissipação destes efeitos e a manutenção de uma situação favorável do mercado do trabalho deverá permitir uma recuperação desta componente da FBCF em 2025–26.

As exportações de bens e serviços crescem 4,2% em 2024, 3,7% em 2025 e 3,4% em 2026. Em 2022–23, o crescimento muito expressivo das exportações beneficiou do processo de recuperação da procura global de



serviços após a pandemia, com destaque para o turismo, componente que assume maior peso nas exportações portuguesas do que na média da área do euro.

Em 2024–26, a composição das exportações torna-se progressivamente mais equilibrada entre bens e serviços, refletindo o regresso dos padrões de consumo globais às tendências pré-pandémicas. Apesar disto, o turismo deverá manter-se como a componente mais dinâmica das exportações, favorecido pela moderação da inflação global e pela perceção de Portugal enquanto destino seguro, mesmo entre os países do sul da Europa. Ao longo do horizonte de projeção o crescimento das exportações totais aproxima-se do da procura externa, implicando a manutenção de ganhos de quota de mercado, embora gradualmente menores.

A recomposição das exportações e a aceleração da FBCF no horizonte de projeção traduz-se numa reorientação da procura para componentes com maior conteúdo importado, implicando um crescimento médio das importações de 4,3% em 2024–25 e 3,5% em 2026 (2,2% em 2023).

O excedente da balança corrente e de capital aumenta de 2,7% em 2023 para 4,4% do PIB, em média, em 2024–26. O saldo de bens e serviços deverá situar-se em 2,1% do PIB em média no horizonte de projeção (1,2% em 2023), refletindo uma evolução em volume próxima entre exportações e importações, e a manutenção de ganhos de termos de troca. O saldo das balanças de rendimento secundário e de capital também melhora no horizonte, beneficiando dos recebimentos de fundos europeus.

Em 2024–26, o emprego cresce a uma taxa média anual de 0,9%, semelhante à registada em 2023. A evolução projetada para o emprego está em linha com a elasticidade face ao crescimento da atividade observada no passado. O crescimento do emprego nos anos mais recentes tem sido sustentado pelo aumento da população ativa, associado à subida da taxa de atividade e ao crescimento da população, potenciado por saldos migratórios positivos (Tema em destaque — Caracterização dos trabalhadores estrangeiros por conta de outrem em Portugal). As trajetórias de aumento da população e da taxa de atividade deverão prolongar-se no horizonte de projeção. A taxa de desemprego mantém-se estável em 6,6%, semelhante à de 2019. Os inquéritos de conjuntura mais recentes sinalizam pressões contidas dos constrangimentos da oferta de trabalho, com uma redução da percentagem de empresas que reporta a dificuldade em recrutar como fator limitativo da atividade na generalidade dos setores. Apenas na construção esta percentagem se mantém acima da média dos últimos 10 anos.

Neste contexto, os salários reais, após um aumento de 2,8% em 2023 e de 2,2% em 2024, deverão retomar em 2025–26 um crescimento em linha com o da produtividade do trabalho, próximo de 1,5%.

A inflação deverá reduzir-se para 2,5% em 2024, 2,1% em 2025 e 2% em 2026, refletindo menores pressões externas e internas sobre os preços. A dissipação dos choques sobre os preços internacionais das matérias-primas e outros bens é visível na redução do contributo das componentes de maior conteúdo importado do IHPC para a inflação total. A inflação excluindo bens energéticos e alimentares também se reduz, de 5,4% em 2023 para 2,3% em 2024–26.

Esta evolução beneficia da dissipação dos efeitos indiretos de choques passados, nomeadamente nos preços da energia, bem como da desaceleração projetada para os custos unitários do trabalho e de um crescimento mais moderado da margem bruta de exploração das empresas. Em 2025–26, estes fatores são compensados



por um aumento do deflator das importações (variação média anual de 1,6% em 2025–26, após -1,3% em 2024).

O balanço dos riscos subjacentes às projeções para a atividade é equilibrado. No caso da inflação, os riscos são em alta ao longo do horizonte. Na vertente internacional, uma evolução mais desfavorável da procura externa poderá advir de um agravamento das tensões geopolíticas, seja dos conflitos bélicos atuais ou da fragmentação do comércio global.⁵ A possibilidade de uma evolução muito diferente da antecipada da política monetária fora da área do euro, em particular nos EUA, bem como o comportamento da atividade na economia chinesa, criam alguns fatores de incerteza em torno da atual projeção. O crescimento do rendimento disponível real poderá ser mais forte e transmitir-se ao consumo de forma mais acentuada do que o considerado nas atuais projeções.

No caso da inflação, o agravamento dos conflitos geopolíticos pode levar a um aumento dos preços de algumas matérias-primas. As recentes surpresas em alta no preço dos serviços sugerem que os efeitos indiretos e de segunda ordem do ciclo inflacionista poderão ser mais persistentes, adiando a convergência para o objetivo de inflação do BCE.

A economia portuguesa tem beneficiado de um enquadramento institucional e financeiro estável. Os equilíbrios macroeconómicos têm sido mantidos, conduzindo a uma redução do endividamento público e privado, que continua ao longo do horizonte de projeção. Alguns fatores estruturais, como o aumento da taxa de atividade e da qualificação média da população, explicam também a robustez recente. No entanto, existem desafios globais de natureza económica, geopolítica, climática e demográfica, que reforçam a necessidade de aprofundar o quadro de cooperação multilateral consubstanciado pela União Europeia.

Fonte: *Boletim Económico de junho de 2024 do Banco de Portugal*

5. ENQUADRAMENTO DESPORTIVO

A época 2023/2024 do Departamento de Formação do Gil Vicente Futebol Clube, pautou-se em termos gerais por uma política de continuidade e estabilidade, quer em relação aos dos modelos implementados, quer ao nível dos recursos humanos. O clube voltou a ultrapassar a barreira dos 350 atletas, sendo no escalão de iniciados, onde se deu a maior entrada de jogadores, ou seja, o escalão onde se inicia a etapa de competição (futebol11) e onde o clube “investe” mais em termos de prospeção e deteção de talentos.

O futebol feminino continua a registar um acréscimo significativo no número de praticantes.

Mantém-se a nossa Missão/Visão, o Planeamento Estratégico, os Objetivos Estratégicos, a Política de Recrutamento, os Planos de Transição e os Princípios Metodológicos de onde emanam todos os nossos Princípios de Modelação, nomeadamente o Modelo de Formação que define o Modelo de Jogador, o Modelo de Jogo, o Modelo de Treinador, o Modelo de Treinos, o Modelo de Exercícios e o Modelo de Desenvolvimento, onde estão definidas também todas as etapas de formação dos nossos jovens, bem como as fases sensíveis de maturação e desenvolvimento da condição física e os respetivos conteúdos programáticos a abordar em cada uma delas.

Definimos ainda como objetivos estratégicos e por ordem de prioridades:



FORMATIVOS/CIDADANIA:

- 1º - Contribuir para a formação integral dos jovens enquanto cidadãos, durante todo o percurso de ligação ao clube;
- 2º - Educar para a exigência no futebol e na vida, permitindo desta forma aos nossos formandos superarem as progressivas exigências com que serão confrontados no seu percurso formativo;
- 3º - Acompanhar e valorizar a vertente escolar dos seus atletas, de modo que paralelamente possam assegurar o seu sucesso escolar e desportivo, sabendo que ambas as vertentes serão importantes na sua formação integral, venham a ser ou não profissionais de futebol;
- 4º - Possuir treinadores que no seu papel de formadores mantenham, entre outras valências, uma comunicação adequada, promovam a autoconfiança e desenvolvam o espírito de equipa;
- 5º - Promover a autonomia, a responsabilidade e valores que possibilitem um desenvolvimento sustentado, criando uma base de formação de jogadores de futebol competentes e íntegros;
- 6º - Auxiliar na formação de outras áreas pedagógicas como a arbitragem, a nutrição, a ética, a integridade, o ambiente, entre outras áreas;
- 7º - Proporcionar aos formandos um conjunto de atividades de ocupação dos tempos livres, criando uma cultura de hábitos saudáveis e de prática regular da atividade física.

DESPORTIVOS:

- 1º - Detetar e formar jogadores para o futebol profissional;
- 2º - Desenvolver competências para a prática de futebol na alta competição, com programas de formação adequados e padrões de exigência e rigor, de forma a colocar, pelo menos, entre 2 a 4 atletas por época na equipa de futebol Profissional;
- 3º - Recorrer e preparar equipas técnicas bem formadas para suportar o crescimento dos nossos formandos, promovendo um acompanhamento técnico e motivacional, de forma a tentar que atinjam o maior crescimento/rendimento possível;

COMUNITÁRIOS:

- 1º - Promover e divulgar junto da massa associativa e comunidade em geral, atletas/alunos que se distingam em diferentes áreas de competência desportiva, académica e social;
- 2º - Criar e promover códigos de conduta apoiados na exigência, no rigor e na disciplina, que sejam o suporte para o seu desenvolvimento pessoal e profissional;
- 3º - Promover e incentivar desde os escalões bases de formação, uma identificação com o clube, a cidade de Barcelos e a região;





4º - Aproximar os nossos atletas da comunidade envolvente, prevalecendo sempre os valores da ética, conduta, solidariedade e desportivismo;

5º - Garantir que todas as crianças e jovens que nos procuram, tenham uma oportunidade de mostrar o seu valor nas nossas equipas contribuindo assim para o seu desenvolvimento.

INSTITUCIONAIS:

1º - Continuar a melhorar a imagem do nosso clube como uma referência Nacional;

2º - Dotar o nosso clube com espaços e recursos materiais e humanos que tornem a nossa formação como uma referência na formação de atletas, quer a nível nacional quer a nível internacional.

Este enquadramento inicial, pretende mostrar que o Enquadramento Desportivo, faz parte de um processo estruturado de formação com um horizonte temporal de 12 anos (6 + 6), tempo que definimos como a 1ª e 2ª etapa da formação de uma geração de jogadores "Gil", com a premissa estratégica que a "Formação do Jogador" é sempre mais importante que a "Formação da Equipa".

No entanto, percebendo que também é importante na formação de um atleta, crescer a jogar nos campeonatos mais competitivos e a obter resultados desportivos coletivos de excelência que promovam elevada motivação e um espírito vencedor, definimos para a época 2023/2024, alguns objetivos desportivos, que não passam por mais ou menos vitórias, mas essencialmente por manter as nossas equipas nos campeonatos mais competitivos de cada escalão, nomeadamente no **campeonato nacional de sub15**, no caso do escalão de iniciado, no **campeonato nacional de sub17** no caso do escalão de Juvenis e no **campeonato nacional de sub19**, no caso desta época desportiva, todos alcançados.

Relativamente às **equipas B** (1º ano de cada escalão) e do futebol feminino, ou seja, que competem nos campeonatos distritais da Associação de Futebol de Braga, os objetivos são ainda mais formativos e preparatórios para os campeonatos nacionais da época seguinte, mas em termos de resultados desportivos mantivemos as equipas nos principais campeonatos ao nível distrital do respetivo escalão.

No âmbito das **competições profissionais**, pode-se referir que a época desportiva 2023/2024 teve momentos distintos nas diversas competições, no entanto, podemos referir que na competição de relevo principal, a *Liga Betclíc*, o registo foi mediano.

No que à **pré-época** diz respeito, o Gil Vicente FC fez uma pré-época um pouco atípica. Era expectável que tal como em anos anteriores, o plantel estivesse na sua grande maioria formado desde o arranque dos trabalhos. No entanto, tal não foi possível, devido a diversos fatores, especialmente pela inflação do mercado, que ficou manifestamente mais caro. O arranque dos trabalhos fez-se desta forma, com muitos jogadores do plantel sub-23, o que permitiu também a oportunidade aos nossos jovens jogadores, e que acabou por ser aproveitada por alguns deles, com claro proveito do clube. A equipa seguiu na segunda semana de pré-época, para um estágio de uma semana nos Arcos de Valdevez, tal como sucedeu nas duas épocas anteriores.



De realçar, nessa semana, a realização de dois jogos amigáveis frente a Torreense e Leixões. De regresso a Barcelos, a equipa prosseguiu a preparação da temporada, tendo o primeiro jogo oficial a contar para a Taça da Liga, no terreno da UD Oliveirense, da II Liga, encarado ainda como jogo preparatório para as duas competições de maior relevo (I Liga e Taça de Portugal), e com o plantel muito incompleto e que culminou com a eliminação da equipa da competição, após derrota por 1-0. Prosseguindo a preparação até ao arranque do campeonato, a equipa realizou ainda mais 3 jogos de preparação, frente ao Paços de Ferreira (vitória por 3-2), Lank Vilaverdense (vitória por 2-1) e Rio Ave (derrota por 1-0).

Relativamente à **Liga Betclíc** o Gil Vicente FC realizou os habituais 34 jogos na *Liga Betclíc*, alcançando o seguinte saldo: venceu 9, empatou 9 e saiu derrotado em 16, totalizando 36 pontos.

Em termos de diferencial de golos o saldo ficou-se pelos 42 de golos marcados e 52 golos sofridos. A equipa atravessou dois períodos bastante negativos entre a 8ª e a 14ª jornada e entre a 23ª e 29ª Jornada, onde esteve 7 jogos sem vencer, alcançando apenas 3 pontos, em cada um dos ciclos. De salientar, que no final deste segundo ciclo negativo, procedeu-se a mudança de treinador principal. No seguimento dessa mudança a equipa acabou por alcançar a sua melhor marca de sequência de pontos registando 2 vitórias em 4 jogos entre a jornada 30 e a jornada 33 Moreirense (V), Arouca (E), Boavista (E), Farense (V).

Olhando para a época de forma global, podemos dizer que o principal objetivo foi alcançado, ou seja, o clube assegurou a manutenção na I Liga. No entanto, fica uma época marcada por alguma irregularidade, que fez com que a equipa chegasse a parte final do campeonato envolvida na luta pela manutenção, uma vez que não conseguiu nunca ter uma boa sequência de resultados, o que não lhe permitiu fugir dos lugares perigosos da tabela classificativa, ainda que nunca tenha estado em posição de descida, quer direta quer via *playoff*.

No que diz respeito à **Taça de Portugal Placard** a equipa teve uma prestação digna, fazendo jus à responsabilidade e tendo em conta o sorteio. Na primeira eliminatória em que participou o Gil Vicente ultrapassou o Belenenses da II Liga, fora de casa, vencendo por 2-1, depois de ter estado em desvantagem. Na eliminatória seguinte eliminou o Serpa do Campeonato de Portugal, fora de casa, por 1-0, com alguma dificuldade, mas justificado pelas difíceis condicionantes do jogo, nomeadamente do relvado sintético, seguindo assim para eliminatória seguinte, sem grande brilho, mas cumprindo com o mínimo exigido. Na eliminatória seguinte, o Gil Vicente acabou por vencer o Amarante por 3-1, apesar de algumas dificuldades sentidas. A participação da taça de Portugal acabou por terminar nos quartos de final após derrota em Guimarães por 3-1 frente ao Vitória SC.

A **Allianz Cup**, a primeira prova oficial da época, foi encarada com a ambição de sempre, mas aproveitada também para cimentar o trabalho desenvolvido durante a pré-época. Dessa forma, na primeira eliminatória o Gil Vicente deslocou-se a Oliveira de Azeméis e acabou eliminado após derrota por 1-0. Terminou assim a



participação na prova, onde deixou uma imagem pálida e com a certeza de que o plantel estaria longe de estar completo.

A **época desportiva 2023/2024**, pode dizer-se que não foi uma época brilhante, deixando sempre dúvidas sobre a capacidade da equipa, mas também não deixa de ser verdade que nunca deixou de estar dentro dos objetivos primordiais do clube. Na **Taça da Liga** a prestação ficou aquém. Na **Taça de Portugal** a equipa cumpriu com o seu dever mediante aquilo que o sorteio ditou, tendo chegado aos quartos de final da prova. Na **I Liga**, a equipa demonstrou duas caras totalmente diferentes, uma em casa e outra fora de portas. Em casa em 17 Jogos, perdeu apenas quatro. Fora de portas em 17 jogos, somou apenas onze pontos. Esta bipolaridade, especialmente sentida na primeira volta, uma vez que a equipa não conseguiu vencer qualquer jogo na qualidade de visitante, proporcionou que nunca tivesse atingido a estabilidade necessária para realizar uma época sem sobressaltos. No final da prova acabou por atingir o 12º lugar na tabela classificativa, conseguindo melhorar a sua classificação relativamente a época anterior (13º).

Nota final para a alteração na estrutura do futebol profissional, com a saída do diretor desportivo Pedro Albergaria e a entrada de Tiago Lenho, durante o mês de agosto.

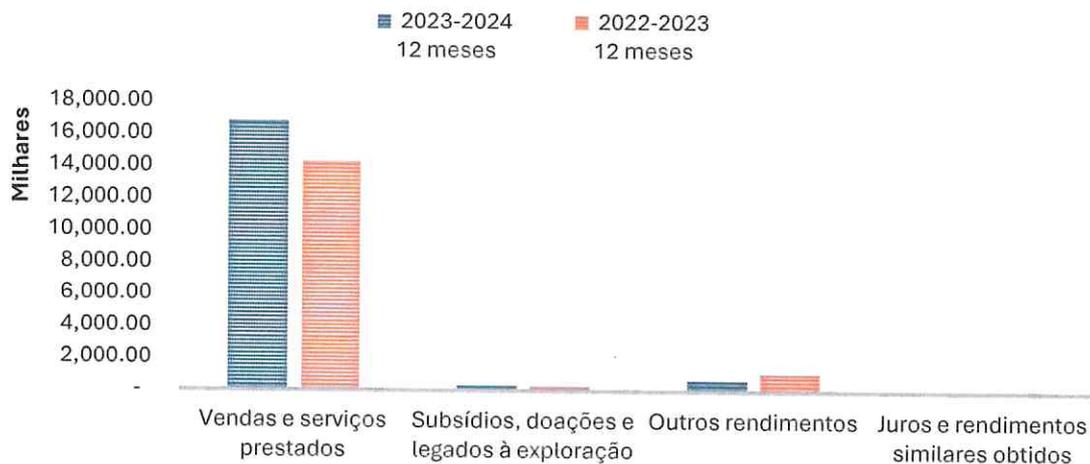
6. ANÁLISE DA ATIVIDADE E DA POSIÇÃO FINANCEIRA

Demonstração dos resultados por naturezas

Rubricas	2023-2024 12 meses	2022-2023 12 meses	Variação valor	Peso no VN (2023-2024)
Vendas e serviços prestados	16.801.252,67	14.362.638,88	2.438.613,79	100%
Subsídios, doações e legados à exploração	278.488,87	268.940,03	9.548,84	2%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	- 62.923,74	- 43.552,89	- 19.370,85	0%
Fornecimentos e serviços externos	- 4.007.455,24	- 4.465.469,58	458.014,34	-24%
Gastos com o pessoal	- 8.450.130,04	- 7.127.198,63	- 1.322.931,41	-50%
Provisões (aumentos/reduções)	- -	- 261.000,00	261.000,00	0%
Outros rendimentos	672.696,15	1.128.733,09	- 456.036,94	4%
Outros gastos	- 3.257.416,24	- 1.766.910,63	- 1.490.505,61	-19%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento	1.974.512,43	2.096.180,27	- 121.667,84	12%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	- 1.375.832,90	- 1.206.357,41	- 169.475,49	-8%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)	598.679,53	889.822,86	- 291.143,33	4%
Juros e rendimentos similares obtidos	60,03	77.233,33	- 77.173,30	0%
Juros e gastos similares suportados	- 327.416,25	- 315.843,48	- 11.572,77	-2%
Resultado antes de impostos	271.323,31	651.212,71	- 379.889,40	2%
Imposto sobre o rendimento do período	368.962,39	- 26.394,33	395.356,72	2%
Resultado líquido do período	640.285,70	624.818,38	15.467,32	4%
Resultado líquido do período atribuível a:	-	-	-	0%
Detentores do capital da empresa-mãe	640.285,70	624.818,38	15.467,32	4%
Interesses que não controlam	-	-	-	-

RENDIMENTOS E GANHOS

O total dos rendimentos e ganhos ascendeu a 17,8 milhões de euros, apresentando a seguinte estrutura:



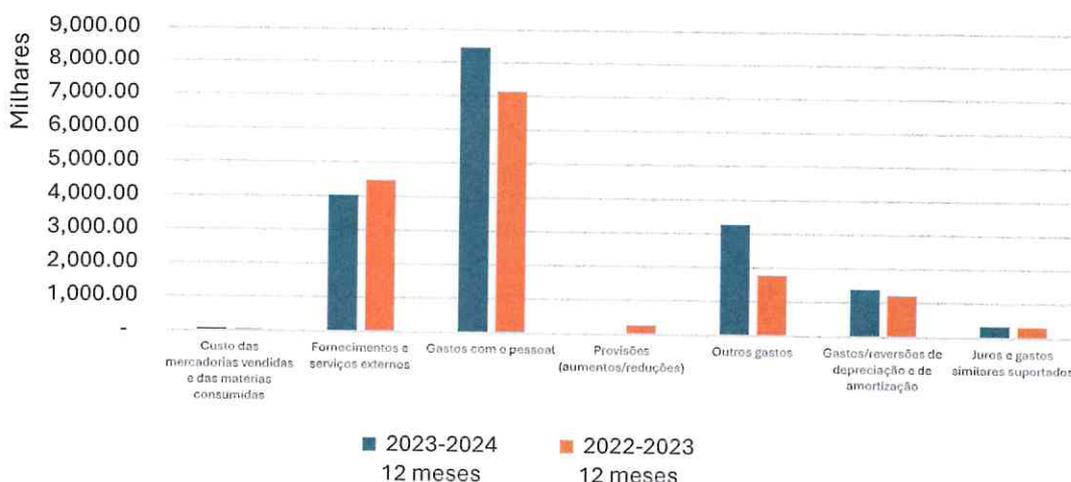
A variação do total de rendimentos correspondeu a um aumento de cerca de 1,9 milhões de euros em relação ao ano anterior, sendo que a rubrica de apresentou um maior aumento foram as vendas e serviços prestados (+2,4 milhões de euros). A rubrica de outros rendimentos apresentou uma diminuição de cerca de 456 mil euros.

Continuando a representar um peso nos rendimentos totais do grupo, superior a 90%, a rubrica de vendas e serviços prestados apresenta a seguinte evolução:

	2023-2024 12 meses	2022-2023 12 meses
Venda Merchandising	109.664,65	79.844,45
Serviços Prestados		
Venda de Atletas	10.755.000,00	7.856.191,78
Publicidade	803.022,70	644.704,96
Receitas de jogos- Lugares cativos	324.687,86	305.854,41
Participação nas competições - Taça da liga	8.036,00	89.338,00
Participação nas competições - Taça de Portugal	76.211,82	8.943,09
Participação eliga Portugal	4.150,00	1.000,00
Participação UEFA	135.471,00	971.954,00
Participação nas Competições - Liga Revelação	37.500,00	1.380,00
Bilheteira	476.997,43	494.379,45
Direitos Televisivos	3.600.000,00	3.600.000,00
Outras Prestações de serviços	160.939,58	60.553,23
Donativos	97.274,63	66.465,51
Quotas	212.297,00	182.030,00
Total	16.801.252,67	14.362.638,88

GASTOS E PERDAS

Os gastos e perdas registaram 17,5 milhões de euros, apresentado a seguinte estrutura:



A estrutura de gastos do Clube continua a assentar sobretudo nos "Fornecimentos e serviços externos" e nos "Gastos com o pessoal", alcançando estas duas rubricas o total de cerca de 12,5 milhões de euros. Em termos de estrutura, os "Gastos com o pessoal" e os "Fornecimentos e serviços externos" atingem cerca de 71% do total de Gastos.

Balanço

Estrutura patrimonial	30.jun.24	30.jun.23	Variação %	Peso 30.jun.24 no ativo
Total do Ativo	9.006.442,04	7.586.407,30	19%	100%
Ativo não corrente	3.951.406,48	1.914.541,85	106%	44%
Ativos fixos tangíveis	332.137,49	358.960,17	-7%	4%
Activos intangíveis	3.235.032,92	1.546.703,57	109%	36%
Investimentos Financeiros	7.910,32	8.878,11	-11%	0%
Activos por impostos diferidos	376.325,75	-	0%	4%
Ativo corrente	5.055.035,56	5.671.865,45	-11%	56%
Inventários	34.541,29	37.812,86	-9%	0%
Créditos a receber	3.668.059,73	5.111.242,35	-28%	41%
Estado e outros entes públicos	7.787,69	159.035,27	-95%	0%
Outros ativos correntes	179.858,98	189.622,58	-5%	2%
Diferimentos	99.922,71	26.701,12	274%	1%
Caixa e depósitos bancários	1.064.865,16	147.451,27	622%	12%
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO	9.006.442,04	7.586.407,30	19%	100%
Fundos Patrimoniais	- 4.199.544,79	- 4.839.830,49	-13%	-47%
Resultados transitados	- 4.839.830,49	- 5.464.648,87	-11%	-54%
Resultado líquido do período	640.285,70	624.818,38	2%	7%
Interesses que não controlam	-	-	0%	0%
Passivo	13.205.986,83	12.426.237,79	6%	147%
Passivo não corrente	2.514.228,00	4.769.848,55	-47%	28%
Provisões	281.000,00	281.000,00	0%	3%
Financiamentos obtidos	2.233.228,00	4.248.848,55	-47%	25%
Outras dívidas a pagar	-	240.000,00	-100%	0%
Passivo corrente	10.691.758,83	7.656.389,24	40%	119%
Fornecedores	2.133.261,20	1.094.890,19	95%	24%
Estado e outros entes públicos	368.137,36	292.034,12	26%	4%
Financiamentos obtidos	3.933.728,60	4.131.520,55	-5%	44%
Diferimentos	21.321,94	81.023,26	-74%	0%
Outros passivos correntes	4.235.309,73	2.056.921,12	106%	47%
Total dos fundos patrimoniais e do passivo	9.006.442,04	7.586.407,30	19%	100%

Em termos de Ativo, registou-se um aumento de cerca de 1,4 milhões de euros face ao período anterior.



O passivo situa-se na ordem dos 13,2 milhões de euros o que corresponde a um aumento de cerca de 780 mil euros em relação ao ano anterior.

Da análise do ativo destaca-se:

- aumento de cerca de 1,7 milhões de euros em ativos intangíveis relacionado com investimentos na aquisição de direitos desportivos de jogadores da equipa de futebol profissional;
- aumento de 376 mil euros de ativos por impostos diferidos relacionado com a contabilização de ativos por impostos diferidos de prejuízos fiscais reportáveis;
- redução de réditos a receber de cerca de 1,4 milhões de euros; e
- aumento os meios financeiros líquido em cerca de 917 mil euros.

Da análise ao passivo destacam-se:

- aumento de 2,2 milhões de euros de outros passivos correntes relacionados essencialmente com valores a pagar de direitos desportivos de jogadores adquiridos;
- diminuição de 2,2 milhões de euros de financiamentos obtidos;
- aumento de 1 milhão de euros a fornecedores;

7. INDICADORES ECONÓMICOS E FINANCEIROS

A seguir apresentamos um quadro resumo com a evolução de alguns indicadores económicos e financeiros:

Indicadores Financeiros		Época 2022-2023	Época 2021-2022	Varição
Liquidez geral	U	0,47	0,74	-0,27
Autonomia financeira	U	-0,47	-0,64	0,17
Solvabilidade	U	-0,32	-0,39	0,07
Fundo de maneo	E -	5.636.723,27	1.984.523,79	- 3.652.199,48
Rentabilidade do ativo	%	6,65%	11,73%	-5,08%
Rentabilidade líquida das vendas	%	3,81%	4,35%	-0,54%
Rentabilidade dos fundos patrimoniais	%	-15,25%	-12,91%	-2,34%
Autofinanciamento (Cash-Flow)	E	2.016.118,60	2.092.175,79	- 76.057,19
EBITDA	E	1.974.512,43	2.096.180,27	- 121.667,84
Resultado operacionais	E	598.679,53	889.822,86	- 291.143,33

Pela análise dos indicadores acima verifica-se que o grupo continua a apresentar debilidades a nível da sua estrutura económica e financeira.



Tanto a curto como a médio e longo prazo a estrutura financeira continua a apresentar-se desequilibrada e de solvabilidade (valor negativo). O fundo de maneiio continua a registar um valor negativo.

8. RECURSOS HUMANOS

No período de 2023, o n.º médio de pessoas ao serviço foi de 122 (95 no ano anterior), registando-se neste ano um total de 8,5 milhões de euros de gastos com o pessoal.

9. PERSPETIVAS FUTURAS

O departamento de formação, numa lógica de crescimento, nesta época, procurou dar, não só, continuidade às principais atividades que constituem a nossa resposta desportiva e social, mas também, incutir dimensões mais inovadoras de forma a dinamizar práticas mais sistemáticas. O resultado está à vista de todos – a fantástica carreira das equipas, especialmente pelo imediatismo da equipa de juniores.

Assim, e tendo presente que:

- As crianças e jovens são as maiores riquezas dum país, há que ajudá-las, sob todos os aspetos, a atingir a plenitude das suas potencialidades enquanto indivíduos e enquanto participantes plenos e ativos na sociedade;
- Urge sensibilizar para o desporto uma juventude que, em muitas situações, se revela com tendência para o absentismo escolar, fuga para a toxicodependência e conseqüente marginalidade;
- Há que prosseguir o trabalho com as escolinhas e jovens que integram as equipas de Infantis, Iniciados, Juvenis e Juniores;
- É indispensável e urgente encontrar infraestruturas desportivas específica para cerca de 300 crianças e jovens. A atual situação – utilização de campos de terra batida que obriga a deslocações para diversas freguesias – não se pode manter por muito tempo, pois por um lado a Federação já obriga à realização de muitos jogos das equipas de Formação em campos relvados ou de relva sintética e por outro, os jovens ao verem nas freguesias melhores campos e melhores condições de treino, começam a debandar;
- Não há dúvida que o Gil Vicente FC tem de investir a sério na Formação, tem de preparar jogadores que possam entrar no plantel principal pelo que se impõe cada vez mais uma auto exigente mudança, mas tem que possuir infraestruturas que cativem os jovens e não os obriguem a treinar em campos pelados no cimo de montes e a regressar molhados em carrinhas para tomarem banho;
- E se parece indiscutível estarmos perante uma situação de crise, não se afigura menos evidente que uma tal situação sendo profundamente problemática, de todos nós reclama atitudes capazes de rasgar caminhos que conduzam à resolução do problema.



Neste sentido, e conscientes da representatividade e da responsabilidade de que está investido, o Gil Vicente FC assume o compromisso de um especial empenhamento na melhoria de condições a criar para a Formação, enquanto não materializa o sonho de construir um complexo desportivo, uma academia para as camadas jovens.

Ao nível profissional, esperemos que o rigor, o empenho e dedicação da Gerência, o trabalho da equipa técnica, administrativa, um plantel construído à medida do orçamento para uma primeira Liga, o apoio dos sócios, adeptos e barcelenses se reflitam em êxitos para a Gil Vicente Futebol Clube – Futebol SDUQ, Lda.

O Gil Vicente Futebol Clube - Futebol, SDUQ, Lda. tem como objetivo primordial manter-se na Primeira Liga e reduzir / liquidar o valor do passivo.

Para que este objetivo seja alcançado, é necessário dividi-lo em objetivos tangíveis:

VERTENTE DESPORTIVA

- Continuar a procurar integrar jogadores oriundos das camadas jovens no plantel principal para lhes transmitir a mística gilista e a força da juventude o que também não é fácil conseguir-se;
- De uma forma resumida, queremos que o Gil Vicente se mantenha na 1ª Liga, que o futebol profissional continue a ter êxito no futuro e a prestigiar e afirmar a cidade e o concelho de Barcelos.

VERTENTE ECONÓMICA

- Definir estratégias para se conseguir receitas extraordinárias;
- Aguardar a resolução dos tribunais sobre os dois processos do Caso Mateus - em curso - para se eliminar o passivo;
- O Gil Vicente tem de saber confrontar-se com a sua própria sustentabilidade e adaptar critérios de gestão claros, transparentes e de rigor.

O grupo evidencia fundos patrimoniais negativos de 4.199.544,79 euros e um passivo corrente muito superior ao ativo corrente. Para fazer face a este desequilíbrio a direção espera por uma decisão favorável do processo Mateus, que se poderá materializar num encaixe financeiro significativo para o clube. Adicionalmente, estão a ser desenvolvidos todos os esforços no sentido, quer da negociação da dívida corrente, quer da estabilização da atividade operacional do Clube.



10. FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO PERÍODO

Os eventos ocorridos após a data do balanço, materialmente relevantes e que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data do balanço estão refletidos nas demonstrações financeiras da entidade.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram quaisquer factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas, para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 5 do Artigo 66.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC).

GUERRA NA UCRÂNIA

No contexto da Guerra na Ucrânia, que tem um impacto significativo em termos económicos, o Gil Vicente Futebol Clube adotou um conjunto de medidas de contingência previstas e concebidas para assegurar a continuidade da atividade, incluindo, entre outras, as recomendações no que respeita à Cibersegurança da entidade.

Os impactos na economia são esperados na forma da inflação e restrição de recursos. O efeito mais latente será o aumento dos preços de energia, com a Rússia sob sanções, o fornecimento de petróleo e gás do país para as demais nações europeias será prejudicado. A diminuição na oferta dos combustíveis pode pressionar ainda mais a inflação na Europa, que já está em patamares historicamente elevados. Por outro lado, sendo a Ucrânia um dos principais exportadores de cereais e de óleos vegetais, com o fornecimento de carga por via marítima de e para a Ucrânia suspenso, existe uma maior pressão no fornecimento europeu de cereais.

Um aumento dos custos dos bens energéticos e alimentares, combinados com a incerteza trazida por um conflito militar de grandes dimensões, é a receita perfeita para que os agentes económicos, com menor poder de compra, retraiam os seus níveis e adiem as suas decisões de investimento. O aumento nos preços da energia terá o efeito de desacelerar a atividade económica e as sanções eventualmente aplicadas contra os países do lado da Rússia poderá gerar uma nova onda protecionista, prejudicando o comércio global.

Nos investimentos haverá aversão ao risco, natural em momentos de incerteza, onde grandes investidores fogem dos ativos considerados de maior risco – a exemplo de ações de empresas negociadas em Bolsa de Valores de países emergentes – para comprar outros tidos como mais seguros.

A taxa de inflação média anual em Portugal fixou-se em 4,3% em 2023, taxa inferior à registada no conjunto do ano 2022 (7,8%), enquanto as taxas Euribor a 6 e 12 meses continuam acima de 3,5%. Dependendo da profundidade e da extensão temporal dos impactos da Guerra na Ucrânia, a atividade e rendibilidade da empresa poderá ser afetada em maior ou menor grau. Com base em toda a informação disponível à data, incluindo no que respeita à situação de liquidez e de capital, bem como quanto ao valor dos ativos,



considera-se que se mantém aplicável o princípio da continuidade das operações que esteve subjacente à elaboração das demonstrações financeiras.

A equipa de futebol profissional ocupa atualmente o 10º lugar da Primeira Liga.

11. OUTRAS INFORMAÇÕES

11.1. Dívidas ao Pessoal

Do montante processado e pendente de regularização a 30 de junho de 2024, na conta de pessoal, no valor de 23.894,47 euros, encontram-se por liquidar 12.575,00 euros relacionados com salários de anos anteriores.

11.2. Fundos patrimoniais negativos

O grupo apresenta, em 30 de junho de 2024, um total dos fundos patrimoniais negativos de 4,2 milhões de euros. Apesar deste saldo, é convicção da direção do Grupo que a continuidade das operações se encontram assegurada.

Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins. Acresce ainda que a direção prevê a manutenção dos apoios de todas as entidades parceiras, designadamente através da contratualização de subsídios e uma decisão favorável do processo Mateus. No processo nº 2141/06.1BELSB, o Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa declarou nula a decisão do Conselho de Justiça da FPF, de 22 de agosto de 2006, que se limitou a confirmar, em sede de recurso, a decisão da então Comissão Disciplinar da LPFP, de 01 de agosto de 2006, que sancionou o Gil Vicente com a descida de divisão. Nesse sentido o Gil Vicente Futebol Clube reclama junto da Federação Portuguesa de Futebol o pagamento de uma indemnização a título de danos patrimoniais e morais. Este processo é de natureza e desfecho incerto pelo que apenas é divulgado a título de ativo contingente.

A convicção de continuidade é ainda suportada: (i) nos financiamentos concedidos pelos associados, permitindo que o grupo cumpra as suas obrigações perante terceiros (ii) na garantia dada pelos financiadores privados (associados do clube) que os seus empréstimos, classificados no passivo não corrente (cerca de 2,23 milhões de euros), apenas serão exigíveis quando a situação financeira do grupo se encontre equilibrada; (iii) na previsão do eventual encaixe financeiro e/ou financiamento de créditos garantidos com a alienação de direitos desportivos de jogadores, tal como tem vindo a ser prática nos exercícios anteriores e (v) nos resultados positivos evidenciados nos últimos períodos.



11.3. Ativos Contingentes

SDUQ:

Processos judiciais em curso	Valor da ação	Estimativa quanto ao desfecho	Estado
Ação judicial contra Romário Baldé	135.846,66	Impreciso	Audiência marcada final de 2024

Clube:

No processo nº 2141/06.1BELSB, o Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa declarou nula a decisão do Conselho de Justiça da PPF, de 22 de agosto de 2006, que se limitou a confirmar, em sede de recurso, a decisão da então Comissão Disciplinar da LPFP, de 01 de agosto de 2006, que sancionou o Gil Vicente com a descida de divisão. Nesse sentido o Gil Vicente Futebol Clube reclama junto da Federação Portuguesa de Futebol o pagamento de uma indemnização a título de danos patrimoniais e morais. Este processo é de natureza e desfecho incerto pelo que apenas é divulgado a título de ativo contingente.

11.4. Processos Judiciais em Curso

Durante este período não foram constituídas provisões para processos judiciais. A avaliação dos processos judiciais que podem implicar contingências para o Grupo foi efetuada tendo por base as respostas dos advogados da entidade:

- Ação judicial de Petar Petkovski, o valor proposto da reclamação foi de 117.000,00€. A decisão condenou a sociedade, mas será apresentado Recurso;
- Ação judicial da Autoridade da Concorrência, com valor global de 164.000,00€. O processo está em fase de recurso da decisão final de condenação e foi pago uma caução de 30% do valor. Foi constituída uma provisão pelo valor da ação;

11.5. Passivos Contingentes

Processos judiciais em curso	Valor da ação	Estimativa quanto ao desfecho	Estado
Ação judicial Romário Baldé	225.464,25	Impreciso	Reconversão. Audiência marcada final de 2024



11.6. Responsabilidades e garantias

O financiamento bancário de curto prazo negociado na Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Noroeste, que em 30.06.2024 apresenta um valor em dívida de 1,7 milhões de euros, encontra-se avalizado por terceiros até ao montante de 6,8 milhões de euros.

O financiamento bancário de curto prazo negociado na Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Noroeste, que em 30.06.2024 apresenta um valor em dívida de 70 mil euros, encontra-se avalizado por terceiros até ao montante de 700 mil euros.

O financiamento bancário de curto prazo negociado no Banco Santander Totta S.A., que em 30.06.2024 apresenta um valor em dívida de 2,16 milhões de euros, encontra-se avalizado por terceiros até ao montante de 2,16 milhões de euros.

11.7. Gestão de Risco

O Grupo, através das atividades da SDUQ, está exposto a diversos riscos que podem ter um efeito significativo nos resultados, fluxos de caixa e posição financeira, dos quais se destacam: risco de mercado (risco de câmbio, risco de taxa de juro e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez.

A SDUQ procura minimizar os potenciais efeitos adversos no seu desempenho financeiro. A gestão do risco é efetuada de acordo com as políticas aprovadas pela gerência, a qual avalia e realiza coberturas de riscos financeiros em estrita cooperação com a Direção Financeira. A gerência providencia princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco de taxa de juro, o risco de liquidez e o risco de crédito.

RISCO DE TAXA DE JURO

Existe exposição ao risco de taxa de juro nos financiamentos obtidos e empréstimos concedidos. Os financiamentos obtidos a taxas de juro variáveis expõem a entidade ao risco de variabilidade dos fluxos de caixa pela alteração das taxas de mercado. A Sociedade não tem vindo a seguir qualquer política de cobertura de risco de taxa de juro. As suas operações são contratadas com base nas suas necessidades de financiamento da atividade.

A taxa de inflação média anual em Portugal fixou-se em 4,3% em 2023, taxa inferior à registada no conjunto do ano 2022 (7,8%), enquanto as taxas Euribor a 6 e 12 meses continuam acima de 3,5%. É entendimento da administração que estes desafios económicos não põe em causa a continuidade das operações.



RISCO DE CRÉDITO

São avaliados os riscos de recuperação dos saldos em aberto através da análise da situação financeira e outro relevante, registando perdas de imparidade que apure serem necessárias.

RISCO DE LIQUIDEZ

A gestão do risco de liquidez é realizada com base nos compromissos celebrados com os seus devedores e credores, tentando sempre que possível adequar os *cash flows* entre os seus ativos e passivos de forma a encontrar um equilíbrio entre recebimentos e pagamentos.

RISCO DE CÂMBIO

As transações em moeda estrangeira são raras e de muito curto prazo, pelo que não se encontra implementado um processo formal de gestão deste risco.

RISCO DESPORTIVO

O risco desportivo é o risco de que alterações nos preços de transação dos ativos intangíveis, nomeadamente a nível de aquisição e alienação de direitos de jogadores, possam influenciar os resultados e fundos patrimoniais do Grupo.

No âmbito deste risco desportivo, incluem-se variações todas as problemáticas relacionadas com o mercado de transferências, nomeadamente pela oferta e procura de futebolistas com um conjunto específico de qualidades, pelos resultados desportivos passados, pela existência de lesões graves ou por outras situações que originam a desvalorização dos atletas, bem como por fatores que determinem a desvinculação antecipada da Sociedade. Para acautelar a estes riscos, são contratados olheiros e serviços de *scouting*, técnicos e equipa médica qualificada, apostando numa política desportiva assente na complementaridade de atletas oriundos da formação com outros atletas de reconhecido valor nacional e internacional.

11.8. Informações exigidas por diplomas legais

A Direção informa que a Entidade não apresenta dívidas à Autoridade Tributária e Aduaneira em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Nos termos do artigo 210.º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, a Administração informa que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

O valor dos honorários do revisor oficial de contas relativamente às demonstrações financeiras consolidadas ascenderam a 2.000,00 euros.



As demonstrações financeiras do período findo em 30 de junho de 2024 foram aprovadas pelo órgão de gestão e autorizadas para emissão em 13 de setembro de 2024.

12. RESULTADOS DO PERÍODO

No período económico de 2023/2024, o Grupo obteve um resultado líquido do período de 640.285,70 euros. O resultado é exclusivamente atribuível aos detentores da empresa-mãe.

Barcelos, 13 de setembro de 2024

A Direção,

G.D. VICENTE FUTEBOL CLUBE
A Direcção
Henrique Luís
Detinha

Demonstrações Financeiras Consolidadas 2023

30-06-2024

Época 2023/2024



**Entidade: GIL VICENTE FUTEBOL CLUBE**

Balanço consolidado em 30 de junho de 2024

(Valores expressos em euros)

Rubricas	Notas	Datas	
		30.jun.24	30.jun.23
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	6	332.137,49	358.960,17
Activos intangíveis	7	3.235.032,92	1.546.703,57
Investimentos Financeiros	8	7.910,32	8.878,11
Activos por impostos diferidos	9	376.325,75	-
		3.951.406,48	1.914.541,85
Ativo corrente			
Inventários	10	34.541,29	37.812,86
Créditos a receber	11	3.668.059,73	5.111.242,35
Estado e outros entes públicos	12	7.787,69	159.035,27
Outros ativos correntes	13	179.858,98	189.622,58
Diferimentos	15	99.922,71	26.701,12
Caixa e depósitos bancários	14	1.064.865,16	147.451,27
		5.055.035,56	5.671.865,45
Total do Ativo		9.006.442,04	7.586.407,30
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais			
Resultados transitados	16	(4.839.830,49)	(5.464.648,87)
Resultado líquido do período	16	640.285,70	624.818,38
Interesses que não controlam		-	-
Total dos fundos patrimoniais		(4.199.544,79)	(4.839.830,49)
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	17	281.000,00	281.000,00
Financiamentos obtidos	18	2.233.228,00	4.248.848,55
Outras dívidas a pagar	19	-	240.000,00
		2.514.228,00	4.769.848,55
Passivo corrente			
Fornecedores	20	2.133.261,20	1.094.890,19
Estado e outros entes públicos	12	368.137,36	292.034,12
Financiamentos obtidos	18	3.933.728,60	4.131.520,55
Diferimentos	15	21.321,94	81.023,26
Outros passivos correntes	19	4.235.309,73	2.056.921,12
		10.691.758,83	7.656.389,24
Total do Passivo		13.205.986,83	12.426.237,79
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		9.006.442,04	7.586.407,30

Barcelos, 13 de setembro de 2024

A Direção,

GIL VICENTE FUTEBOL CLUBE

A Direcção

António Lopes

A Contabilista Certificada n.º 85550,

Silvia Pato Almeida da Silva



Entidade: GIL VICENTE FUTEBOL CLUBE

Demonstração Consolidada dos Resultados em 30 de junho de 2024

(Valores expressos em euros)

Rubricas	Notas	2023-2024 12 meses	2022-2023 12 meses
Vendas e serviços prestados	21	16.801.252,67	14.362.638,88
Subsídios, doações e legados à exploração	22	278.488,87	268.940,03
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	23	(62.923,74)	(43.552,89)
Fornecimentos e serviços externos	24	(4.007.455,24)	(4.465.469,58)
Gastos com o pessoal	25	(8.450.130,04)	(7.127.198,63)
Provisões (aumentos/reduções)	17	-	(261.000,00)
Outros rendimentos	26	672.696,15	1.128.733,09
Outros gastos	27	(3.257.416,24)	(1.766.910,63)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		1.974.512,43	2.096.180,27
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	28	(1.375.832,90)	(1.206.357,41)
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)			-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		598.679,53	889.822,86
Juros e rendimentos similares obtidos	29	60,03	77.233,33
Juros e gastos similares suportados	29	(327.416,25)	(315.843,48)
Resultado antes de impostos		271.323,31	651.212,71
Imposto sobre o rendimento do período	12	368.962,39	(26.394,33)
Resultado líquido do período		640.285,70	624.818,38
Resultado líquido do período atribuível a:			
Detentores do capital da empresa-mãe		640.285,70	624.818,38
Interesses que não controlam		-	-

Barcelos, 13 de setembro de 2024

A Direção,

A Contabilista Certificada n.º 85550,

GIL VICENTE FUTEBOL CLUBE
A Direção

João Lopes
João Lopes.

Silvia Fúze Meire dos Santos

**Entidade: GIL VICENTE FUTEBOL CLUBE**

Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa em 30 de junho de 2024

(Valores expressos em euros)

RUBRICAS	NOTAS	PERIODOS	
		2023-2024 12 meses	2022-2023 12 meses
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes		12.783.931,17	9.147.809,30
Pagamentos a fornecedores		(4.590.632,27)	(5.607.697,71)
Pagamentos ao pessoal		(5.713.604,41)	(6.934.188,27)
Caixa gerada pelas operações		2.479.694,49	(3.394.076,68)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		61.067,64	119.914,33
Outros recebimentos/pagamentos		(1.550.439,48)	(229.808,10)
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		990.322,65	(3.503.970,45)
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis			(191.720,04)
Activos intangíveis		(2.535.188,99)	(2.247.581,85)
Investimentos financeiros			(3.039,26)
Outros activos			
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis			736.472,42
Activos intangíveis		1.970.000,00	
Investimentos financeiros		1.012,79	1.172,70
Outros activos			
Subsídios ao investimento			
Juros e rendimentos similares			
Dividendos			
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		(564.176,20)	(1.704.696,03)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		4.090.000,00	4.810.396,61
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(3.199.100,00)	(475.000,00)
Juros e gastos similares		(399.632,56)	(474.649,02)
Dividendos			
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		491.267,44	3.860.747,59
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		917.413,89	(1.347.918,89)
Efeito das diferenças de câmbio		-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período		147.451,27	1.495.370,16
Caixa e seus equivalentes no fim do período		1.064.865,16	147.451,27

Barcelos, 13 de setembro de 2024

A Direção,

A Contabilista Certificada n.º 85550,

GIL VICENTE FUTEBOL CLUBE
A Direcção

Silvia Raia Ribeiro das Santos



DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS 30-06-2024

Entidade: GIL VICENTE FUTEBOL CLUBE
 Demonstração Consolidada das Alterações nos Fundos Patrimoniais - Período 2023 - Época 2023-2024

(Valores expressos em euros)

	Notas	Resultados Transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de reavaliação	Outras Variações nos Fundos Patrimoniais	Resultado Líquido do Período	Total	Interesses que não controlam	Total dos Fundos Patrimoniais
Posição no Início do Período 01.jul.23	1	(5.464.648,87)	-	-	-	624.818,38	(4.839.830,49)	-	(4.839.830,49)
Alterações no período									
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	16	624.818,38	-	-	-	(624.818,38)	-	0,00	-
	2	624.818,38	-	-	-	(624.818,38)	-	0,00	-
Resultado Líquido do Período (2020/2021)	3					640.285,70	640.285,70	0,00	640.285,70
Resultado Integral	4 = 1 + 2 + 3					640.285,70	640.285,70	0,00	640.285,70
Operações com instituidores no período	5	-	-	-	-	-	-	0,00	-
Posição no Fim do Período 30.jun.24	6 = 4 + 5	(4.839.830,49)	-	-	-	640.285,70	(4.199.544,79)	0,00	(4.199.544,79)

Barcelona, 13 de setembro de 2024

A Direção,

GIL VICENTE FUTEBOL CLUBE
 A Direcção
António José Soares
 20/09/2024

A Contabilista Certificada n.º 85550,

Silvia Faria de Viveiros Santos



DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS 30-06-2023

Entidade: GIL VICENTE FUTEBOL CLUBE
 Demonstração Consolidada das Alterações nos Fundos Patrimoniais - Período 2022 - Época 2022-2023

(Valores expressos em euros)

	Notas	1	2	3	4 = 1 + 2 + 3	5	6 = 4 + 5	Resultados Transítidos	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras Variações nos Fundos Patrimoniais	Resultado Líquido do Período	Total	Interesses que não controlam	Total dos Fundos Patrimoniais
Posição no início do Período 30.jun.22								(7.493.628,26)			-	2.028.979,39	(5.464.648,87)	0,00	(5.464.648,87)
Alterações no período															
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	16		2.028.979,39					2.028.979,39			-	(2.028.979,39)	-	0,00	-
	2		2.028.979,39					2.028.979,39			-	(2.028.979,39)	-	0,00	-
Resultado Líquido do Período (2022/2023)	3											624.818,38	624.818,38	0,00	624.818,38
Resultado Integral												624.818,38	624.818,38	0,00	624.818,38
Operações com instituidores no período															
	5													0,00	
Posição no fim do Período 30.jun.23								(5.464.648,87)				624.818,38	(4.839.830,49)	0,00	(4.839.830,49)

Barcelos, 13 de setembro de 2024

A Direção,

GIL VICENTE FUTEBOL CLUBE
 A Direcção

 António Lopes

A Contabilista Certificada n.º 85550,

Silvia Taze Olive dos Santos



Índice

<u>Anexo às demonstrações financeiras consolidadas para o período findo em 30 de junho de 2024</u>	30
<u>1. Identificação da Entidade</u>	30
<u>2. Referencial Contabilístico De Preparação Das Demonstrações Financeiras</u>	31
<u>3. Principais Políticas Contabilísticas</u>	34
<u>4. Princípios da Consolidação</u>	40
<u>5. Procedimentos de consolidação</u>	41
<u>6. Ativos Fixos Tangíveis</u>	43
<u>7. Ativos Intangíveis</u>	44
<u>8. Investimentos Financeiros</u>	45
<u>9. Ativos e passivos por impostos diferidos</u>	46
<u>10. Inventários</u>	47
<u>11. Créditos a receber</u>	47
<u>12. Estado e Outros Entes Públicos</u>	48
<u>13. Outros Ativos Correntes</u>	49
<u>14. Caixa e Depósitos Bancários</u>	50
<u>15. Diferimentos</u>	51
<u>16. Fundos Patrimoniais</u>	51
<u>17. Provisões</u>	51
<u>18. Financiamentos obtidos</u>	52
<u>19. Outras Dívidas a Pagar/outros passivos correntes</u>	52
<u>20. Fornecedores</u>	54
<u>21. Vendas e Serviços Prestados</u>	54
<u>22. Subsídios à Exploração</u>	55
<u>23. Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas</u>	55
<u>24. Fornecimentos e Serviços Externos</u>	56
<u>25. Gastos com o Pessoal</u>	57
<u>26. Outros Rendimentos</u>	57
<u>27. Outros Gastos</u>	58
<u>28. Depreciações e amortizações</u>	58
<u>29. Resultados Financeiros</u>	59
<u>30. Outras Informações</u>	59



Anexo às demonstrações financeiras consolidadas para o período findo em 30 de junho de 2024

(valores expressos em euros)

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

O Grupo Gil Vicente Futebol Clube (doravante designada por Grupo ou Gil Vicente FC) é uma instituição de utilidade pública, com sede na Rua D. Diogo Pinheiro n.º25, em Barcelos, com o número de identificação de pessoa coletiva 501 228 802.

As presentes demonstrações financeiras são as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo, sendo que as várias demonstrações financeiras individuais das entidades incluídas no perímetro de consolidação foram apresentadas separadamente. Trata-se das primeiras demonstrações financeiras consolidadas apresentadas pelo Grupo dado que foram ultrapassados os limites que permitiam em anos anteriores ser considerado um pequeno grupo. As presentes demonstrações financeiras constituem as demonstrações financeiras anuais, abrangendo o período de 01 de julho de 2023 a 30 de julho de 2024 e respetivos valores comparativos.

O grupo é composto pelas seguintes entidades:

Entidade	Natureza	Sede
Gil Vicente Futebol Clube (GVFC) <i>Empresa mãe</i>	Pessoa coletiva de Utilidade Pública	Rua Diogo Pinheiro, n.º 25, Distrito: Braga Concelho: Barcelos Freguesia: Barcelos, V.Boa, V.Frescainha 4750 - 282 Barcelos
Gil Vicente Futebol Clube – Futebol SDUQ, Lda. (SDUQ) <i>(detido a 100% pelo Gil Vicente Futebol Clube)</i>	Sociedade por quotas	Rua Diogo Pinheiro, n.º 25, Apartado 197 Distrito: Braga Concelho: Barcelos Freguesia: Barcelos, V.Boa, V.Frescainha 4750 - 282 Barcelos

Fundado em 3 de maio de 1924, o Gil Vicente Futebol Clube tem por objeto o fomento e desenvolvimento de atividade desportiva no âmbito da formação e desporto profissional.

No dia dez de maio de dois mil e treze foi criada a sociedade Gil Vicente Futebol Clube, Futebol, SDUQ, Lda., que, nos termos da alínea c) do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 10/2013, de 25 de janeiro, resultou da



personalização jurídica da equipa do Gil Vicente Futebol Clube, a qual participa nas competições profissionais de futebol. No ato da constituição da sociedade desportiva, o clube fundador transferiu para a sociedade desportiva a totalidade dos direitos e obrigações de que era titular e que se encontravam afetos à participação nas competições desportivas profissionais da modalidade de futebol e que passaram a integrar o objeto social da sociedade desportiva.

A Direção entende que estas demonstrações financeiras consolidadas refletem de forma verdadeira e apropriada as operações do grupo, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) publicada pelo Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de março e republicada pelo Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho, nos termos do Regime Contabilístico para as Entidades do Setor Não lucrativo que foi aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março, republicado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Setor Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho;

- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho; e
- Normas Interpretativas (NI).

Contudo, sempre que a NCRF-ESNL não responda a aspetos particulares de transações ou situações são aplicadas supletivamente e pela ordem indicada, o SNC, as Normas Internacionais de Contabilidade, adotadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho; as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações SIC-IFRIC.

Na preparação das demonstrações financeiras tomou-se como base os seguintes pressupostos:

Pressuposto da continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, o Grupo continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

 
Página 31



Acresce ainda que a direção prevê a manutenção dos apoios de todas as entidades parceiras, designadamente através da contratualização de subsídios e uma decisão favorável do processo Mateus. No processo nº 2141/06.1BELSB, o Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa declarou nula a decisão do Conselho de Justiça da FPF, de 22 de agosto de 2006, que se limitou a confirmar, em sede de recurso, a decisão da então Comissão Disciplinar da LPFP, de 01 de agosto de 2006, que sancionou o Gil Vicente Futebol Clube com a descida de divisão. Nesse sentido o GVFC reclama junto da Federação Portuguesa de Futebol o pagamento de uma indemnização a título de danos patrimoniais e morais. Este processo é de natureza e desfecho incerto pelo que apenas é divulgado a título de ativo contingente.

Embora as demonstrações financeiras do grupo, em 30 de junho de 2024, evidenciem um total dos fundos patrimoniais negativos em, aproximadamente, 4,2 milhões de euros, é convicção da direção do Grupo que a continuidade das operações se encontram assegurada.

Esta convicção é suportada: (i) nos financiamentos concedidos pelos associados, permitindo que o grupo cumpra as suas obrigações perante terceiros (ii) na garantia dada pelos financiadores privados (associados do clube) que os seus empréstimos, classificados no passivo não corrente (cerca de 2,23 milhões de euros), apenas serão exigíveis quando a situação financeira do grupo se encontre equilibrada; (iii) na possibilidade de desfecho favorável do caso Mateus, situação que possibilitará ao clube ser indemnizado pelos danos sofridos pelo afastamento da 1ª Liga. Esta indemnização não só permitirá ao clube solver os seus compromissos financeiros como também

cobrir resultados transitados negativos, capitalizando por esta via esta entidade (iv) na previsão do eventual encaixe financeiro e/ou financiamento de créditos garantidos com a alienação de direitos desportivos de jogadores, tal como tem vindo a ser prática nos exercícios anteriores e (v) nos resultados positivos evidenciados nos últimos períodos.

Regime de acréscimo (periodização económica)

O Grupo reconhece os rendimentos e ganhos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidas em "Devedores por acréscimos de rendimento"; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas "Credores por acréscimos de gastos".

Materialidade e agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos



resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.

Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade do Grupo, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em todo Grupo e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

As políticas contabilísticas e as bases de mensuração adotadas a 30 de junho de 2024 são consistentes e comparáveis com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras em 30 de junho de 2023.

A comparabilidade da informação interperíodos é continuamente objeto de aperfeiçoamento com o intuito de ser cada vez mais um instrumento de

ajuda aos utentes, permitindo-lhes tomar decisões económicas e avaliar as tendências na informação financeira para finalidades de previsão.

Por força do estipulado no Artigo 9º-A do Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, a SDUQ foi classificada, a partir deste período, como média empresa e como aplicou o normativo completo do SNC, enquanto anteriormente aplicava o normativo das pequenas entidades. De forma a manter a comparabilidade entre Demonstrações Financeiras do exercício anterior e o presente, e de acordo com a NCRF 25 – Impostos sobre o Rendimento: no período que se inicie em ou após 1 de janeiro de 2016, aquando da utilização desta Norma, as entidades devem aplicar as novas políticas contabilísticas alteradas pelo Aviso n.º 8256/2015, de 29 de julho, sem reexpressar os saldos existentes no início desse período, e divulgar no Anexo as quantias que não sejam comparáveis.

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os períodos apresentados, salvo indicação em contrário.



3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os períodos apresentados, salvo indicação em contrário.

Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras do grupo são apresentadas em euros (€). O euro é a moeda funcional e de apresentação.

Não ocorreram transações em moeda estrangeira.

Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se reconhecidos ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas pelo método de linha reta após os bens estarem em condições de serem utilizados, ou seja, quando os ativos subjacentes se encontrem disponíveis para uso e nas condições necessárias, em termos de qualidade e fiabilidade técnica, para operar de acordo com o pretendido pela Direção do Grupo, e são imputadas numa base sistemática durante a sua vida útil, que é determinada tendo em conta a utilização esperada do ativo do Grupo, do desgaste natural esperado, da sujeição a uma previsível obsolescência técnica e do valor residual atribuído ao bem.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada, que se encontram nos mapas de amortização do Grupo.

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas será reconhecido prospectivamente na demonstração de resultados.

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorram. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizadas no item de ativos fixos tangíveis.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos que ainda não se encontram nas condições necessárias ao seu funcionamento e passarão a ser depreciados a partir do ano em que estejam disponíveis para uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico que estiver reconhecido na data de alienação do ativo, sendo reconhecidas na demonstração dos resultados nos itens "Outros rendimentos" ou "Outros gastos", consoante se trate de mais ou menos valias, respetivamente.

É o primeiro ano que são apresentadas demonstrações financeiras consolidadas, sendo que os valores referentes ao período anterior foram apurados, não sendo afetada a comparabilidade.

Participações Financeiras

As partes de capital em entidades cuja participação financeira ou influência por parte do Grupo não



excede os 20% do capital social são reconhecidas ao custo de aquisição, deduzidos das Perdas por Imparidade acumuladas.

Os investimentos financeiros em entidades associadas nas quais o Grupo tenha uma influência significativa ou onde exerce o controlo das mesmas através da participação nas decisões financeiras e operacionais – geralmente investimentos representando mais de 20% do capital de uma entidade – são reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial na rubrica - Participações Financeiras – Método de Equivalência Patrimonial.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são reconhecidas pelo seu custo de aquisição, ajustado pelo valor correspondente à participação da Entidade nos resultados líquidos das entidades associadas e participadas, por contrapartida de ganhos ou perdas do período e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas por imparidade acumuladas.

É efetuada uma avaliação dos investimentos financeiros em entidades associadas ou participadas quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo reconhecida uma perda na demonstração dos resultados sempre que tal se confirme.

Quando a proporção do Gil Vicente FC nos prejuízos acumulados da entidade associada ou participadas excede o valor pelo qual o investimento se encontra reconhecido, o investimento é reportado por valor nulo enquanto o capital próprio da entidade associada não for positivo, exceto quando a Entidade tenha

assumido compromissos para com a entidade associada ou participada, registando nesses casos uma provisão na rubrica do passivo "Provisões" para fazer face a essas obrigações.

Os ganhos não realizados em transações com entidades associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse do Grupo nas mesmas por contrapartida do investimento nessas entidades. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não evidencie que o ativo transferido esteja em situação de imparidade.

Inventários

As mercadorias são valorizadas ao menor valor entre o custo de aquisição e o respetivo valor de mercado.

É reconhecida uma imparidade para depreciação de inventários nos casos em que o valor destes bens é inferior ao menor do custo médio de aquisição ou de realização.

Créditos a receber e outros ativos correntes

As contas de "Créditos a receber" e "Outros ativos correntes" estão reconhecidos pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas na conta de "Perdas por imparidade acumuladas", de forma a que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

As perdas por imparidade são reconhecidas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal o Gil Vicente FC tem em consideração informação de mercado que



demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos.

Imposto Sobre o Rendimento

O encargo com imposto sobre o rendimento é apurado tendo em consideração as disposições do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) e o Estatuto dos Benefícios Fiscais (EBF).

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, as declarações fiscais do Gil Vicente FC referentes às épocas de 2017/2018 a 2020/2021 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

Caixa e Equivalentes de Caixa

Esta rubrica inclui caixa, depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com maturidades até três meses. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no "Passivo corrente".

Classificação de Fundos Patrimoniais e Passivo

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumem.

Fornecedores e Outras Dívidas a Pagar

As contas a pagar a fornecedores e outras dívidas a pagar, que não vencem juros, são reconhecidas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

Provisões

Periodicamente, o Grupo analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, o Grupo reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

Financiamentos Obtidos

Os empréstimos são reconhecidos no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com



a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados de com base na taxa de juro efetiva são reconhecidos na demonstração dos resultados em observância do regime da periodização económica.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que O Gil Vicente FC tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato, caso em que serão incluídos em passivos não correntes pelas quantias que se vencem para além deste prazo.

As receitas e despesas são reconhecidas de acordo com o princípio de especialização dos períodos, pelo qual estas são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas.

Rédito

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal do Grupo. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

Observou-se o disposto no § 12.7 – Prestação de Serviços, da NCRF-SNL, dado que o rédito só foi reconhecido por ter sido razoavelmente mensurável, é provável que se obtenham benefícios económicos futuros e todas as contingências relativas a uma venda tenham sido substancialmente resolvidas.

Os rendimentos dos serviços prestados são reconhecidos na data da prestação dos serviços ou

se periódicos, no fim do período a que dizem respeito.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime da periodização económica, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

Subsídios e outros apoios de entidades públicas

O grupo reconhece pelo seu justo valor quando existe uma certeza razoável de que o subsídio será recebido, independentemente do seu recebimento.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos são reconhecidos inicialmente na rubrica de capital próprio "Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais", sendo subsequentemente imputados na demonstração dos resultados numa base pro-rata da depreciação dos ativos a que estão associados.

Os subsídios à exploração são reconhecidos como rendimentos na demonstração dos resultados no mesmo período em que os gastos associados são incorridos e registados no resultado do período.

A rubrica "*Fundos*" constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os "*Fundos patrimoniais*" são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

Eventos subsequentes



Os eventos ocorridos após a data de Balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do Balanço são refletidos nas Demonstrações Financeiras. Os eventos após a data do Balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do Balanço, se materiais, são divulgados no Anexo.

Na preparação das Demonstrações Financeiras, a Direção do Grupo baseou-se no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes considerando determinados pressupostos relativos a eventos futuros.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data de preparação das Demonstrações Financeiras. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a estas estimativas que ocorram posteriormente à data das Demonstrações Financeiras serão corrigidas em resultados de forma prospetiva.

Juízos de valor que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com o SNC-ESNL, a Direção do Grupo utiliza estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas e montantes reportados. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e outros fatores, incluindo expectativas

relativas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou resultados de uma informação ou experiência adquirida.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras incluem:

- Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis;
- Registo de provisões e perdas por imparidade;
- Estimativa de imposto corrente e imposto diferido;
- Estimativa das férias e subsídio de férias a pagar no ano seguinte;
- Outras estimativas de menor relevância.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data de preparação das demonstrações financeiras. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a estas estimativas que venham a ocorrer posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas em resultados, de forma prospetiva.

Comentários da Direção sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso

O Grupo não tem valores cativos em depósito a prazo.

Principais pressupostos relativos ao futuro (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas





de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte)

Riscos de Mercado

(i) Risco de Taxa de Juro

Em resultado da manutenção de dívida a taxa variável no seu Balanço e dos consequentes fluxos de caixa de pagamento de juros, a entidade está exposta ao risco de taxa de juro do Euro. O Grupo recorre a financiamentos externos no decurso da sua atividade, estando exposto ao risco de taxa de juro já que grande parte da dívida financeira está indexada a taxas de juro de mercado.

(ii) Risco de Taxa de Câmbio

O risco cambial é consequência de ativos, passivos e transações comerciais futuras. A entidade não apresenta exposição a risco de taxa de câmbio.

(iii) Risco de Preço

A entidade está muito exposta ao risco de preços, designadamente resultante do mercado de transferências dos direitos dos jogadores da equipa profissional.

Risco de Crédito

O risco de crédito, na entidade resulta maioritariamente dos créditos sobre os seus clientes, relacionados com a atividade operacional.

A gestão de risco da entidade está estruturada nas necessidades próprias dos negócios da entidade tendo em constante consideração:

- As particularidades do perfil de clientes associados a cada um dos negócios;
- A determinação criteriosa de limites de crédito adequados, por um lado, ao perfil de cliente e, por outro lado, à natureza do negócio, evitando a excessiva concentração de crédito e, consequentemente minimizando a sua exposição àquele risco;
- Uma regular monitorização das contas de cliente;
- O estabelecimento de processos fragmentados de concessão de crédito, com a criação de uma segregação entre os procedimentos administrativos e os procedimentos de decisão;
- O recurso às vias legalmente necessárias para recuperação de crédito.

Risco de Liquidez

A gestão do risco de liquidez tem por objetivo garantir que, a todo o momento, a entidade mantém a capacidade financeira para dentro de condições de mercado não desfavoráveis:

- (i) Cumprir com as suas obrigações de pagamento à medida do seu vencimento;
- (ii) Garantir atempadamente o financiamento adequado ao desenvolvimento dos seus negócios e estratégia.



4. PRINCÍPIOS DA CONSOLIDAÇÃO

4.1. EMPRESAS CONTROLADAS

A consolidação das empresas controladas em cada período contabilístico efetuou-se pelo método de consolidação integral. Considera-se existir controlo quando o Grupo detém direta ou indiretamente a maioria dos direitos de voto em assembleia Geral, ou tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais. A participação de terceiros no capital próprio e no resultado líquido daquelas empresas é apresentada separadamente na demonstração consolidada da posição financeira e na demonstração consolidada do rendimento integral, na rubrica de "Interesses que não controlam". Nas presentes demonstrações financeiras não existem interesses que não controlam porque a SDUQ é inteiramente detida pelo GVFC.

Os resultados das controladas adquiridas ou vendidas durante o período estão incluídos na demonstração dos resultados consolidada desde a data em que o Grupo passa a deter controlo ou o mesmo deixa de existir, respetivamente.

As transações e saldos significativos entre as empresas controladas são eliminados no processo de consolidação. As mais ou menos-valias decorrentes da alienação de empresas participadas, efetuadas dentro do Grupo, foram igualmente anuladas.

Sempre que necessário, são efetuados ajustamentos às demonstrações financeiras das empresas controladas e participadas, tendo em vista a uniformização das respetivas políticas contabilísticas com as do Grupo.

As entidades consolidadas pelo método de consolidação integral foram: Gil Vicente Futebol Clube e Gil Vicente Futebol Clube – Futebol, SDUQ, Lda.

4.2. INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS/ INVESTIMENTOS EM OUTRAS EMPRESAS

Uma associada é uma entidade na qual o Grupo exerce influência significativa através da participação nas decisões relativas às suas políticas financeiras e operacionais, mas não detém controlo ou controlo conjunto.

Os investimentos financeiros nas empresas associadas encontram-se registados pelo método da equivalência patrimonial, exceto quando são classificados como detidos para venda, sendo as participações inicialmente contabilizadas pelo custo de aquisição, o qual é acrescido ou reduzido da diferença entre esse custo e o valor proporcional à participação nos capitais próprios dessas empresas, reportados à data de aquisição ou da primeira aplicação do referido método.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são inicialmente registadas pelo seu custo de aquisição, ajustado periodicamente pelo valor correspondente.

Os Investimentos em outras empresas, nas quais o grupo não detém influência significativa, encontram-se registadas pelo método do custo ou pelo justo valor, consoante exista ou não mercado ativo.

O Grupo não tem empresas associadas, pelo que todas as empresas incluídas no método de consolidação estão registadas pelo método de consolidação integral.



4.3. GOODWILL

As diferenças entre o custo de aquisição dos investimentos em subsidiárias ou entidades conjuntamente controladas, do valor dos Interesses sem controlo e o justo valor dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis dessas empresas à data da sua aquisição, se positivas, são registadas como goodwill.

O goodwill é registado como ativo e é sujeito a amortização, sendo apresentado autonomamente na demonstração consolidada da posição financeira. Sempre que existam indícios de eventual perda de valor, os montantes de goodwill são sujeitos a testes de imparidade. Qualquer perda por imparidade é registada de imediato como custo na demonstração consolidada do rendimento integral do período e não é suscetível de reversão posterior.

Nos casos em que o custo de aquisição seja inferior ao justo valor dos ativos líquidos e passivos contingentes identificados, a diferença apurada é registada como proveito na demonstração consolidada do rendimento integral do período em que ocorre a aquisição.

Não existe goodwill registado nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

5. PROCEDIMENTOS DE CONSOLIDAÇÃO

Os principais procedimentos de consolidação do Grupo consistiram na agregação das demonstrações financeiras do GVFC e da SDUQ, na eliminação das participações financeiras e capital próprio da SDUQ (1º lançamento de consolidação) e na eliminação de saldos e transações intra-grupo.

Durante o período de relato não houve qualquer alteração do perímetro de consolidação.

5.1. EMPRESAS SUBSIDIÁRIAS E CONSOLIDAÇÃO

A árvore de participações do Grupo apresenta a seguinte configuração:





5.2. EMPRESAS CONSOLIDADAS PELO MÉTODO INTEGRAL

Foram incluídas na consolidação, pelo método integral, a Empresa-mãe, Gil Vicente Futebol Clube e a subsidiária detida exclusivamente pelo clube Gil Vicente Futebol Clube – Futebol SDUQ, Lda:

Sigla	Firma	Percentagem de controlo efetivo
Clube	Gil Vicente Futebol Clube	Mãe
SDUQ	Gil Vicente Futebol Clube – Futebol SDUQ, Lda.	100%

5.3. A DIREÇÃO

A direção da entidade mãe é composto por:

Presidente: Rui Manuel Freitas da Silva

Presidente-adjunto: Francisco Senra da Silva

Vice-Presidente: Filipe Alexandre Martins Sousa

Vice-Presidente: Sérgio Filipe Campelo Carvalho

Vice-Presidente: Domingos Emanuel Araújo Leite Silva Lopes

Vice-Presidente: Francisco Barbosa Magalhães

Vice-Presidente: Hugo Alexandre de Sousa Lomba

Vice-Presidente: Hugo Domingos Sousa Ricardo

Vice-Presidente: Pedro Jorge de Oliveira Veiga Anjos

Vice-Presidente: António Pedro Pinto da Fonseca Magalhães

Diretor: Ricardo da Silva Fernandes Mano

Diretor: Jorge Manuel Lomba Dias

Diretor: Tiago da Silva Fernandes Mano

Diretor: Paulo Martins Cardoso

Diretor: Fernando Fernandes Miranda

Diretor: Mário António Barroso de Andrade Faria

Diretor: Jorge Lino Freitas Dias da Silva

5.4. ALTERAÇÕES NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

Não se registaram alterações ao perímetro do grupo.



6. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

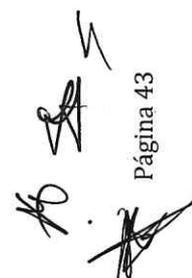
O movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis e respetivas depreciações, nos períodos findos em 30 de junho de 2024 e de 2023, foi o seguinte:

	30.jun.24					Saldo em 30.jun.24
	Saldo em 30.jun.23	Aquisições / Dotações	Abates/ Alienações	Transferências	Revalorizações	
Terrenos e recursos naturais	114.350,00	0,00	0,00	0,00	0,00	114.350,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento básico	624.496,62	15.072,69	0,00	0,00	0,00	639.569,31
Equipamento de transporte	307.896,30	0,00	0,00	0,00	0,00	307.896,30
Equipamento biológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	39.184,30	5.463,71	0,00	0,00	0,00	44.648,01
Outros ativos fixos tangíveis	43.028,93	8.557,74	0,00	0,00	0,00	51.586,67
Investimentos em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Custo:	1128956,15	29094,14	0,00	0,00	0,00	1158050,29
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento básico	570.099,77	14.720,91	0,00	0,00	0,00	584.820,68
Equipamento de transporte	145.269,77	33.749,00	0,00	0,00	0,00	179.018,77
Equipamento biológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	31.441,55	2.707,35	0,00	0,00	0,00	34.148,90
Outros ativos fixos tangíveis	23.184,89	4.739,56	0,00	0,00	0,00	27.924,45
Depreciações acumuladas	769995,98	55916,82	0,00	0,00	0,00	825912,80

	30.jun.23					Saldo em 30.jun.23
	Saldo em 30.jun.22	Aquisições / Dotações	Abates/ Alienações	Transferências	Revalorizações	
Terrenos e recursos naturais	150.000,00	114.350,00	-150.000,00	0,00	0,00	114.350,00
Edifícios e outras construções	450.000,00	0,00	-450.000,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento básico	621.676,62	2.820,00	0,00	0,00	0,00	624.496,62
Equipamento de transporte	332.696,30	78.735,77	-103.535,77	0,00	0,00	307.896,30
Equipamento biológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	30.404,26	8.780,04	0,00	0,00	0,00	39.184,30
Outros ativos fixos tangíveis	28.758,93	14.270,00	0,00	0,00	0,00	43.028,93
Investimentos em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Custo:	1.613.536,11	218.955,81	-703.535,77	0,00	0,00	1.128.956,15
Edifícios e outras construções	450.000,00	0,00	-450.000,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento básico	556.987,16	13.154,11	0,00	0,00	-41,50	570.099,77
Equipamento de transporte	119.194,85	34.091,75	-6.895,83	0,00	-1.121,00	145.269,77
Equipamento biológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	29.501,22	1.940,33	0,00	0,00	0,00	31.441,55
Outros ativos fixos tangíveis	19.861,48	3.323,41	0,00	0,00	0,00	23.184,89
Depreciações acumuladas	1.175.544,71	52.509,60	-456.895,83	0,00	-1.162,50	769.995,98

Os ativos fixos tangíveis líquidos estão na sua totalidade afetos à única atividade do Grupo, não existindo quaisquer bens em poder de terceiros.

No período não foram reconhecidas quaisquer perdas por imparidade.


Página 43



7. ATIVOS INTANGÍVEIS

O movimento ocorrido nos ativos intangíveis e respetivas amortizações, nos períodos findos em 30 de junho de 2024 e de 2023, foi o seguinte:

	30 jun.24					Saldo em 30 jun.24
	Saldo em 30 jun.23	Aquisições / Dotações	Abates/ Alienações	Transferências	Perdas por imparidade	
Projetos de desenvolvimento (i)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Software	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Direitos desportivos de atletas equipa professiona	2.099.662,50	2.151.245,43	-187.900,00	0,00	0,00	4.063.007,93
Ativos intangíveis em curso/adiantamentos	0,00	872.000,00	0,00	0,00	0,00	872.000,00
Custo	2.099.662,50	3.023.245,43	-187.900,00	0,00	0,00	4.935.007,93
Projetos de desenvolvimento (i)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Software	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Direitos desportivos de atletas equipa professiona	552.958,93	1.319.916,08	-172.900,00	0,00	0,00	1.699.975,01
Ativos intangíveis em curso/adiantamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Depreciações Acumuladas	552.958,93	1.319.916,08	-172.900,00	0,00	0,00	1.699.975,01

	30 jun.23					Saldo em 30 jun.23
	Saldo em 30 jun.22	Aquisições / Dotações	Abates/ Alienações	Transferências	Perdas por imparidade	
Projetos de desenvolvimento (i)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Software	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Direitos desportivos de atletas equipa professiona	440.000,00	2.073.162,50	-1.019.500,00	606.000,00	0,00	2.099.662,50
Ativos intangíveis em curso/adiantamentos	606.000,00	0,00	0,00	-606.000,00	0,00	0,00
Custo	1.046.000,00	2.073.162,50	-1.019.500,00	0,00	0,00	2.099.662,50
Projetos de desenvolvimento (i)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Software	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Direitos desportivos de atletas equipa professiona	252.611,12	1.153.847,81	-853.500,00	0,00	0,00	552.958,93
Ativos intangíveis em curso/adiantamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Depreciações Acumuladas	252.611,12	1.153.847,81	-853.500,00	0,00	0,00	552.958,93

O detalhe relativo aos direitos desportivos dos atletas da equipa profissional, com indicação do seu valor de aquisição contabilístico:



Direitos desportivos de atletas	30.jun.24 Valor bruto	30.jun.23 Valor bruto
Pedro Miguel Amorim Pereira da Silva	- €	24.000,00 €
Ruben Miguel Marques Fernandes	16.000,00 €	16.000,00 €
Vitor Carvalho Vieira	- €	55.000,00 €
Kanya Fujimoto	651.000,00 €	651.000,00 €
Murilo de Souza Costa	- €	39.000,00 €
Lucas Barros da Cunha	77.662,50 €	77.662,50 €
Ali Alipourghara	- €	13.000,00 €
Adrián Marín	- €	5.000,00 €
Marlon Douglas Sales Silva	291.000,00 €	291.000,00 €
Gabriel dos Santos	650.000,00 €	650.000,00 €
Laurindo Dilson Maria Aurélio	270.500,00 €	270.500,00 €
Roan Roberto Wilson	307.089,03 €	7.500,00 €
Felipe Florêncio da Silva	360.000,00 €	- €
José Carlos Teixeira Lopes dos Reis Gonçalves	29.186,40 €	- €
Roko Baturina	551.790,00 €	- €
Francisco José Vilas Boas Pereira	85.800,00 €	- €
Vinicius de Oliveira Guimarães Dias	75.200,00 €	- €
Maxime Dominguez	197.500,00 €	- €
Mananga Jonathan Buatu	50.280,00 €	- €
Jesus Castillo Molina	450.000,00 €	- €
Em curso	- €	- €
Tidjany Mamadou Jean-Marc Toure	328.800,00 €	- €
Roman Mory Diaman Gbane	543.200,00 €	- €
	4.935.007,93	2.099.662,50

No período não foram reconhecidas quaisquer perdas por imparidade.

Durante a época 2023/2024, foram adquiridos os direitos desportivos, alguns temporariamente, dos atletas listados acima, no valor global de 3.023.245,43€.

Os direitos desportivos e económicos são diminuídos quando os atletas rescindem o contrato de atleta profissional. Assim, durante a presente época observa-se a diminuição dos ativos intangíveis em 187.900,00€. Os valores referem-se ao desreconhecimento pela venda dos atletas Vitor Carvalho e Adrián Marín ao SC Braga e ao desreconhecimento de atletas que terminaram o contrato de trabalho.

8. INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Em 30 de junho de 2024, a rubrica "Investimentos financeiros" tinha a seguinte composição:

	30.jun.24	30.jun.23
Participações de capital CCAM	565,00	550,00
Fundo e compensação no trabalho	6.190,32	7.203,11
Norgarante	1.155,00	1.125,00
	7.910,32	8.878,11
Perdas por imparidade acumuladas	0,00	0,00
	7.910,32	8.878,11



9. ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS

Em 30 de junho de 2024 e 2023, as rubricas de "impostos diferidos" tinha a seguinte composição:

	Saldo em 30.jun.23	30.jun.24				Saldo em 30.jun.24
		Constituição Resultado líquido	Capitais próprios	Reversão Resultado líquido	Capitais próprios	
Ajustamentos de inventários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ajustamentos de clientes cob. duvidosas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Prejuízos fiscais reportáveis (i)	0,00	376.325,75	0,00	0,00	0,00	376.325,75
(...)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos por impostos diferidos	0,00	376.325,75	0,00	0,00	0,00	376.325,75
Ganhos tributados em períodos futuros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reavaliações de ativos fixos tangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(...)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivos por impostos diferidos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

	Saldo em 30.jun.22	30.jun.23				Saldo em 30.jun.23
		Constituição Resultado líquido	Capitais próprios	Reversão Resultado líquido	Capitais próprios	
Ajustamentos de inventários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ajustamentos de clientes cob. duvidosas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Prejuízos fiscais reportáveis (i)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(...)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos por impostos diferidos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ganhos tributados em períodos futuros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reavaliações de ativos fixos tangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(...)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivos por impostos diferidos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Detalhe dos prejuízos fiscais:

	30.jun.24			30.jun.23		
	Prejuízo fiscal	Ativos por impostos diferidos	Ano limite de utilização	Prejuízo fiscal	Ativos por impostos diferidos	Ano limite de utilização
Resultados de 2016	0,00	0,00		0,00	0,00	
Resultados de 2017	277.435,19	58.261,39		281.216,93	0,00	
Resultados de 2018	343.194,01	72.070,74		343.194,01	0,00	
Resultados de 2019	1.171.398,20	245.993,62		1.171.398,20	0,00	
Resultados de 2020	0,00	0,00		0,00	0,00	
	1.792.027,40	376.325,75	0,00	1.795.809,14	0,00	0,00

A entidade passou a aplicar em 2023 a NCRF 25. O impacto da utilização desta norma no ano anterior era de 377.199,92 euros, conforme quadro abaixo:

	<u>SDUQ</u>	<u>AID por registar</u>
Prejuízos fiscais	1.795.809,14 €	377.119,92 €



10. INVENTÁRIOS

Em 30 de junho de 2024 e 2023, a rubrica "Inventários" tinha a seguinte composição:

	30.jun.24	30.jun.23
Mercadorias	34.541,29	37.812,86
Materias primas subsidiárias e de consumo	0,00	0,00
Produtos acabados	0,00	0,00
Obras em curso	0,00	0,00
	34.541,29	37.812,86
Perdas por imparidades de inventários	0,00	0,00
	34.541,29	37.812,86

11. CRÉDITOS A RECEBER

Em 30 de junho de 2024 e 2023, a rubrica "Créditos a receber" tinha a seguinte composição:

	30.jun.24		30.jun.23	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Cientes				
Cientes conta corrente	0,00	3.668.227,94	0,00	5.111.242,35
Cientes conta títulos a receber	0,00	0,00	0,00	0,00
Cientes cheques em trânsito	0,00	0,00	0,00	0,00
Cientes de cobrança duvidosa	0,00	75.291,79	0,00	108.891,89
	0,00	3.743.519,73	0,00	5.220.134,24
Perdas por imparidade acumuladas	0,00	-75.460,00	0,00	-108.891,89
	0,00	3.668.059,73	0,00	5.111.242,35

Os principais saldos devedores relacionam-se com a alienação dos direitos desportivos de vários atletas e com diferentes datas de vencimento. Alguns destes créditos foram cedidos a instituições financeiras internacionais. Concretamente:

- a dívida do FC Porto é referente à venda do atleta Fran Navarro (3 milhões de euros), e corresponde à última prestação, com vencimento a 15 de outubro de 2025. Este crédito foi cedido à entidade Oldenburgische Landesbank Aktiengesellschaft, sendo o seu recebimento antecipado conforme necessidades financeiras;
- a dívida do SC Braga é referente à venda do atleta Vítor Carvalho (última prestação de 250.000€), com vencimento a 28 de fevereiro de 2026, e direitos económicos do atleta Vítor Tormena (202.500€). O crédito sobre a venda do Vítor Carvalho foi cedido à entidade Internationales Bankhaus Bodensee AG, sendo o seu recebimento antecipado conforme necessidades financeiras;
- as dívidas da Federação Portuguesa de Futebol (78 mil euros) e da Liga Portuguesa de Futebol Profissional (57 mil euros) decorrem da normal atividade desportiva e são de caráter corrente;



	30.jun.24		30.jun.23	
	Clientes gerais	Grupo / relacionados	Clientes gerais	Grupo / relacionados
Cientes				
Cientes conta corrente	3.668.227,94	0,00	5.111.242,35	0,00
Cientes conta títulos a receber	0,00	0,00	0,00	0,00
Cientes factoring	0,00	0,00	0,00	0,00
Cientes de cobrança duvidosa	75.291,79	0,00	108.891,89	0,00
	3.743.519,73	0,00	5.220.134,24	0,00

Relativamente ao saldo de clientes em cobrança duvidosa, durante o período verificou-se os seguintes movimentos:

Perdas por imparidades	30.jun.24	30.jun.23
Saldo a 1 de janeiro	108.891,89	108.891,89
Aumento	0,00	0,00
Reversão	0,00	0,00
Regularizações	-33.431,89	0,00
	75.460,00	108.891,89

O saldo foi regularizado ao abrigo da Informação Vinculativa com o processo 2014 002462, com Despacho do SEAF nº 97/2016, de 2016-05-12.

12. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 30 de junho de 2024 e 2023, a rubrica "Estado e outros entes públicos" apresentava os seguintes saldos:

	30.jun.24	30.jun.23
Ativo		
Imposto sobre o rend. das pessoas coletivas (IRC)	7.767,65	76.196,98
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	0,00	82.828,27
Outros impostos e taxas	20,04	10,02
	7.787,69	159.035,27
Passivo		
Imposto sobre o rend. das pessoas coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	34.389,13	79.893,95
Imposto sobre o rend. das pessoas singulares (IRS)	227.334,00	150.202,90
Segurança Social	106.414,23	61.937,27
Outros impostos e taxas	0,00	0,00
	368.137,36	292.034,12

O grupo apresenta a sua situação contributiva regularizada perante o Estado e a Segurança Social.



Reconciliação do imposto corrente e diferido:

Reconciliação da taxa efetiva de imposto:	30.jun.24	30.jun.23
Resultados Antes de Impostos	271.323,31	651.212,71
Varição patrimonial negativa regime transitório	0,00	0,00
Varição patrimonial positiva regime transitório	0,00	0,00
Acrescimos à matéria coletável		
Correções relativas ao ano anterior	19.834,66	39.244,91
Amortizações e provisões não aceites para efeitos	750,00	15.500,00
Multas, coimas, juros compensatórios	47.731,50	0,00
Outros	899.298,48	1.868,20
	<u>967.614,64</u>	<u>56.613,11</u>
Deduções à matéria coletável		
Benefícios fiscais	1.795,68	1.795,68
Outros	1.389.238,02	4,17
	<u>1.391.033,70</u>	<u>1.799,85</u>
Lucro/prejuízo fiscal	<u>5.818,06</u>	<u>292.131,88</u>
Dedução de prejuízos fiscais	<u>5.818,06</u>	<u>87.639,56</u>
Matéria coletável	<u>0,00</u>	<u>204.492,32</u>
Imposto Liquidado	407,72	17.404,31
Derrama	64,00	3.213,45
Tributação Autónoma	6.891,64	5.776,57
IRC de períodos anteriores	0,00	0,00
Juros	0,00	0,00
Imposto corrente	7.363,36	26.394,33
Imposto diferidos	-376.325,75	0,00
Imposto sobre o Rendimento do período	-368.962,39	26.394,33
Taxa média efetiva de imposto	-135,99%	4,05%

13. OUTROS ATIVOS CORRENTES

Em 30 de junho de 2024 e de 2023, a rubrica "Outros ativos correntes" tinha a seguinte composição:



	30.jun.24	30.jun.23
Devedores por Acréscimos de Rendimentos		
Quotas	5.702,00	1.742,50
Outros Acréscimos de Rendimentos	97.628,82	104.623,70
Outros devedores		
Federação Portuguesa de Futebol	0,00	18.019,06
Fornecedores (saldos devedores)	7.097,82	750,00
Processo Autoridade concorrência - caução	49.200,00	49.200,00
Outros devedores	20.230,34	15.287,32
	179.858,98	189.622,58
Perdas por imparidade acumuladas	0,00	0,00
	179.858,98	189.622,58

O saldo de Devedores por Acréscimos de Rendimentos provém essencialmente de receitas dos jogos online do último trimestre da temporada que ainda não estavam faturadas ao final de junho.

O saldo do processo da AdC refere-se a uma caução, estipulada pelo tribunal, de 30% do total do processo.

	30.jun.24		30.jun.23	
	Gerais	Grupo / relacionados	Gerais	Grupo / relacionados
Devedores por Acréscimos de Rendimentos				
Quotas	5.702,00	0,00	1.742,50	0,00
Outros Acréscimos de Rendimentos	97.628,82	0,00	104.623,70	0,00
Outros devedores				
Federação Portuguesa de Futebol	0,00	0,00	18.019,06	0,00
Fornecedores (saldos devedores)	7.097,82	0,00	750,00	0,00
Processo Autoridade concorrência - caução	49.200,00	0,00	49.200,00	0,00
Outros devedores	20.230,34	0,00	15.287,32	0,00
	179.858,98	0,00	189.622,58	0,00

14. CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Em 30 de junho de 2024 e de 2023, os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

	30.jun.24	30.jun.23
Caixa	455,14	13.386,83
Depósitos à ordem	1.064.410,02	134.064,44
Depósitos à prazo (i)	0,00	0,00
(...)	0,00	0,00
Outras	0,00	0,00
	1.064.865,16	147.451,27



15. DIFERIMENTOS

Em 30 de junho de 2024 e 2023, os saldos da rubrica "Diferimentos" do ativo e passivo foram como segue:

	30.jun.24	30.jun.23
Diferimentos (Ativo)		
Valores a faturar	0,00	0,00
Seguros pagos antecipadamente	7.321,30	6.542,16
Juros a pagar	82.234,53	0,00
Outros gastos a reconhecer	10.366,88	20.158,96
	99.922,71	26.701,12
Diferimentos (Passivo)		
Rendimentos a reconhecer	20.556,55	78.952,81
Outros rendimentos a reconhecer	765,39	2.070,45
	21.321,94	81.023,26

16. FUNDOS PATRIMONIAIS

Em 30 de junho de 2024 e 2023, a rubrica "Fundos Patrimoniais" tinha a seguinte composição:

	30.jun.24	30.jun.23
Resultados Transitados	-4.839.830,49	-5.464.648,87
Outras variações nos fundos patrimoniais	0,00	0,00
Subsídios	0,00	0,00
Doações	0,00	0,00
Resultados líquidos	640.285,70	624.818,38
	-4.199.544,79	-4.839.830,49

17. PROVISÕES

Em 30 de junho de 2024 e 2023, a rubrica "Provisões" tinha a seguinte composição:

	30.jun.24	30.jun.23
Saldo a 1 de janeiro	281.000,00	307.488,31
Reforço no período (i)	0,00	281.000,00
Reduções no período (ii)	0,00	-20.000,00
Utilizações (iii)	0,00	-287.488,31
Saldo a 31 de dezembro	281.000,00	281.000,00

O detalhe dos processos judiciais em curso era o seguinte em 30 de junho de 2023 e 2024:



Processos judiciais em curso	30.jun.24	30.jun.23
Atleta Petar Petocski	117.000,00 €	117.000,00 €
Autoridade da Concorrência	164.000,00 €	164.000,00 €
	281.000,00	281.000,00

18. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Em 30 de junho de 2024 e 2023, a rubrica "Financiamentos obtidos" tinha a seguinte composição:

	30.jun.24		30.jun.23	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Empréstimos bancários m.l.prazo (i)	0,00	3.863.728,60	1.986.520,55	3.886.520,55
Contas bancárias de letras descontadas (iv)	0,00	0,00	0,00	0,00
Descobertos bancários contratados (v)	0,00	70.000,00	0,00	245.000,00
Locações financeiras (ii)	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos de outros participantes no capital (0,00	0,00	0,00	0,00
Outros empréstimos (vii)	2.233.228,00	0,00	2.262.328,00	0,00
	2.233.228,00	3.933.728,60	4.248.848,55	4.131.520,55

O empréstimo bancário corresponde a dois financiamentos, um de 1,7 milhões (Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Noroeste, CRL), com vencimento em março de 2025, e outro de 2,2 milhões (Banco Santander Totta, S.A.), com vencimento em março de 2025. Desta forma, são todos apresentados no balanço de acordo com o cronograma financeiro da dívida.

Os outros empréstimos dizem respeito a valores de mútuos efetuados por associados em favor da SDUQ. Estes valores foram apresentados no balanço no passivo não corrente pois existe o compromisso desses associados que os passivos não serão exigidos no curto prazo.

19. OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR/OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Em 30 de junho de 2024 e 2023, a rubrica "Outras dívidas a pagar" não corrente e "Outros passivos correntes" tinham as seguintes composições:

	30.jun.24		30.jun.23	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Fornecedores de investimento	0,00	3.146.009,77	0,00	609.024,93
Pessoal	0,00	379.398,79	0,00	278.741,06
Remunerações a liquidar	0,00	146.344,33	0,00	62.782,24
Outros acréscimos de gasto	0,00	3.024,89	0,00	5.867,79
Outras dívidas a pagar	0,00	560.531,95	0,00	1.100.505,10
Associados	0,00	0,00	240.000,00	0,00
	0,00	4.235.309,73	240.000,00	2.056.921,12



A maioria dos saldos pendentes a pagar são relacionados com Fornecedores de Investimentos (ativos intangíveis), nomeadamente relativo a aquisição de direitos desportivos/económicos de atletas, incluindo as respetivas comissões de intermediação.

Os valores mais relevantes são Valencia Club de Futbol S.A.D. (atleta Fran Navarro), no valor de 1,4 milhões de euros, Clube Sporting Cristal S.A. (atleta Jesús Castillo), no valor de 350 mil euros e RKS Raków Czystochowa (atleta Maxime Dominguez), no valor de 125 mil euros. Este saldo inclui ainda o montante de 418 mil euros em comissões de intermediação e 872 mil euros relacionados com investimentos em curso (Tidjany Mamadou Toure 329 mil euros e Toman Mory Gbane 543 mil euros)

O valor em dívida para com o São Bernardo Futebol Clube (451 mil euros incluído em outras dívidas a pagar) está em processo judicial e ainda não foi rececionada a fatura. O valor foi estimado pelo direito que o clube tem em receber a quantia correspondente a 20% da receita agregada resultante da transferência do atleta Samuel Lino, abatida de custos relacionados com a intermediação, bem como dos montantes suportados a título de Compensação por Formação e Mecanismo de Solidariedade. Espera-se receber a fatura para proceder ao pagamento.

Os investimentos em curso relacionam-se com o exercício da opção de compra de dois atletas no final da época. Mais informação na nota dos ativos intangíveis.

O saldo em aberto na rubrica de pessoal refere-se a vencimentos, prémios e compensações processados até junho de 2024. Encontram-se por liquidar 12.575 euros relacionados com salários de anos anteriores e 16.500 euros relativo a prémios de atletas por cumprimento de objetivos desportivos.

	30.jun.24		30.jun.23	
	Gerais	Grupo / relacionados	Gerais	Grupo / relacionados
Fornecedores de investimento	3.146.009,77	0,00	609.024,93	0,00
Pessoal	379.398,79	0,00	278.741,06	0,00
Remunerações a liquidar	146.344,33	0,00	62.782,24	0,00
Outros acréscimos de gasto	3.024,89	0,00	5.867,79	0,00
Outras dívidas a pagar	560.531,95	0,00	1.100.505,10	0,00
Associados	0,00	0,00	0,00	240.000,00
	4.235.309,73	0,00	2.056.921,12	240.000,00

A rubrica de associados, classificada no passivo não corrente, relaciona-se com os seguintes associados:

	30.jun.24	30.jun.23
FRANCISCO DIAS DA SILVA	0,00	240.000,00



20. FORNECEDORES

Em 30 de junho de 2024 e 2023, a rubrica "Fornecedores" tinha a seguinte composição:

	30.jun.24	30.jun.23
Fornecedores conta corrente	2.114.361,20	1.094.890,19
Fornecedores conta títulos a pagar	0,00	0,00
Fornecedores receção e conferência	18.900,00	0,00
Fornecedores outros	0,00	0,00
	2.133.261,20	1.094.890,19

	30.jun.24		30.jun.23	
	Fornecedores gerais	Grupo / relacionados	Fornecedores gerais	Grupo / relacionados
Fornecedores				
Fornecedores conta corrente	2.114.361,20	0,00	1.094.890,19	0,00
Fornecedores conta títulos a pagar	0,00	0,00	0,00	0,00
Fornecedores receção e conferência	18.900,00	0,00	0,00	0,00
Fornecedores outros	0,00	0,00	0,00	0,00
	2.133.261,20	0,00	1.094.890,19	0,00

21. VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS

As vendas e prestações de serviços, nos períodos findos em 30 de junho de 2024 e 2023, distribuíram-se da seguinte forma:

	2023-2024 12 meses	2022-2023 12 meses
Venda Merchandising	109.664,65	79.844,45
Serviços Prestados		
Venda de Atletas	10.755.000,00	7.856.191,78
Publicidade	803.022,70	644.704,96
Receitas de jogos- Lugares cativos	324.687,86	305.854,41
Participação nas competições - Taça da liga	8.036,00	89.338,00
Participação nas competições - Taça de Portuga	76.211,82	8.943,09
Participação eliga Portugal	4.150,00	1.000,00
Participação UEFA	135.471,00	971.954,00
Participação nas Competições - Liga Revelação	37.500,00	1.380,00
Bilheteira	476.997,43	494.379,45
Direitos Televisivos	3.600.000,00	3.600.000,00
Outras Prestações de serviços	160.939,58	60.553,23
Donativos	97.274,63	66.465,51
Quotas	212.297,00	182.030,00
	16.801.252,67	14.362.638,88

As quotas são registadas como crédito no momento em que são pagas pelos associados do clube.



22. SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que o grupo cumpre com todas as condições para o receber.

No presente período os subsídios reconhecidos foram os seguintes:

	2023-2024 12 meses	2022-2023 12 meses
Liga Portuguesa de Futebol profissional	24.494,03	17.916,98
Federação Portuguesa de Futebol	9.245,40	10.824,30
UEFA	3.659,00	14.636,00
IEFP	11.539,94	5.460,75
Município de Barcelos	206.700,00	220.102,00
Mecanismo de Solidariedade	22.850,50	0,00
	278.488,87	268.940,03

23. CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS

A repartição dos custos das mercadorias vendidas, nos períodos findos em 30 de junho de 2024 e 2023, foi a seguinte:

	2023-2024 12 meses			2022-2023 12 meses		
	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Mercadorias	Total	Matérias- primas, subsidiárias e de consumo	Mercadorias	Total
Saldo inicial em 1 de janeiro	0,00	36.635,91	36.635,91	0,00	5.165,75	5.165,75
Regularizações	0,00	-10.011,53	-10.011,53	0,00	-8.093,44	-8.093,44
Compras	0,00	70.840,65	70.840,65	0,00	83.116,49	83.116,49
Custo de vendas	0,00	-62.923,74	-62.923,74	0,00	-43.552,89	-43.552,89
Saldo final em 31 de dezembro	0,00	34.541,29	34.541,29	0,00	36.635,91	36.635,91



24. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A repartição dos fornecimentos e serviços externos, nos períodos findos em 30 de junho de 2024 e 2023, foi a seguinte:

	2023-2024 12 meses	2022-2023 12 meses
SERVIÇOS ESPECIALIZADOS		
Comissões	1.497.966,92	1.985.732,63
Honorários	232.100,22	228.032,11
Conservação e Reparações	76.996,22	60.150,93
Publicidade e Propaganda	169.100,14	8.210,00
Trabalhos especializados	34.786,04	47.725,00
Serviços bancários	76.280,21	31.700,79
GASTOS DESPORTIVOS		
Deslocações	323.936,91	826.980,69
Inscrições de Atletas	102.769,31	106.545,50
Despesas Médicas	73.978,50	75.547,15
Organização de Jogos	510.809,63	303.029,64
Material de Ginásio e Treino	37.367,78	43.317,70
Produtos Energéticos	14.688,68	6.829,27
Equipamentos Desportivos	186.211,34	158.763,91
Direitos de Formação	6.290,00	3.400,00
Empréstimos de Atletas	0,00	20.000,00
Despesas Diversas	132.715,63	73.142,71
SERVIÇOS DIVERSOS		
Serviços Scouting	70.351,20	41.218,00
SEGUROS	54.439,97	45.291,10
Rendas e Alugueres	99.565,35	91.473,93
Contencioso	3.891,55	3.763,63
Outros Serviços	74.294,33	59.662,95
Comunicação	12.675,30	30.126,30
Limpeza, Higiene e conforto	4.423,80	3.427,67
ENERGIA E FLUIDOS		
Eletricidade	9.572,92	10.463,81
Combustíveis	123.457,28	101.317,45
Água	4.689,76	8.119,75
Gás	3.360,97	324,87
Outros Serviços	883,14	385,12
MATERIAIS		
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	26.786,70	24.389,02
Material de escritório	19.144,35	22.666,41
Bilhetes	12.991,78	3.907,90
Outras	10.929,31	39.823,64
	4.007.455,24	4.465.469,58



25. GASTOS COM O PESSOAL

A repartição dos gastos com o pessoal, nos períodos findos em 30 de junho de 2024 e 2023, foi a seguinte:

	2023-2024 12 meses	2022-2023 12 meses
Remunerações do pessoal	6.936.766,03	5.811.107,20
Benefícios pós emprego	0,00	0,00
Indemnizações	0,00	0,00
Encargos sobre remunerações	697.746,27	564.032,24
Seguros	711.201,99	603.163,70
Gastos de ação social	0,00	0,00
Outros gastos com pessoal	104.415,75	148.895,49
	8.450.130,04	7.127.198,63

O número médio de pessoas ao serviço do clube no período, repartido por empregados e assalariados, é que se segue:

Vínculo	2023-2024 12 meses	2022-2023 12 meses
Colaboradores (gerais)	41	38
Atletas de formação - contratos a termo	19	10
Atletas Profissionais e Treinadores - contratos terr	62	47

26. OUTROS RENDIMENTOS

Os outros rendimentos e ganhos, nos períodos findos em 30 de junho de 2024 e 2023, foram como se segue:

	2023-2024 12 meses	2022-2023 12 meses
Rendimentos suplementares	326.373,48	299.623,64
Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00	0,00
Recuperação de dívidas a receber	0,00	0,00
Ganhos em inventários	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos em subsidiárias e associa	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos finanar	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos em inv. não financeiros	0,00	514.653,72
Outros rendimentos e ganhos	346.322,67	314.455,73
	672.696,15	1.128.733,09


Página 57



27. OUTROS GASTOS

Os outros gastos e perdas, nos períodos findos em 30 de junho de 2024 e 2023, foram como se segue:

	2023-2024 12 meses	2022-2023 12 meses
Impostos	2.493,91	2.692,35
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,00	0,00
Dividas incobráveis	0,00	0,00
Perdas em inventários	0,00	0,00
Ganhos e perdas em subsidiárias e associadas	0,00	0,00
Gastos e perdas nos restantes ativos financeiros	0,00	0,00
Gastos e perdas em inv. não financeiros	0,00	0,00
Outros gastos e perdas	3.254.922,33	1.764.218,28
	3.257.416,24	1.766.910,63

Na rubrica de "Outros Gastos e perdas" encontram-se registados os gastos com a compensação dos direitos económicos dos atletas alienados, nomeadamente Fran Navarro (Valencia Club de Futbol S.A.D), Vitor Carvalho (Coritiba Foot Ball Club) e Adrián Marín (Granada Club de Fútbol) que não era detidos na totalidade pelo Grupo. Estes valores atingiram um peso significativo e ascenderam a um valor de 2.992.750,00€.

Outros gastos diversos incluem ainda verbas pagas no âmbito do mecanismo de solidariedade.

28. DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES

Os gastos dos períodos findos em 30 de junho de 2024 e 2023 com depreciações e amortizações, foram como se segue:

	2023-2024 12 meses			2022-2023 12 meses		
	Gastos	Reversões	Total	Gastos	Reversões	Total
Propriedades de investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos tangíveis	0,00	55.916,82	55.916,82	52.509,60	0,00	52.509,60
Ativos intangíveis	0,00	1.319.916,08	1.319.916,08	1.153.847,81	0,00	1.153.847,81
	0,00	1.375.832,90	1.375.832,90	1.206.357,41	0,00	1.206.357,41



29. RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros, nos períodos findos em 30 de junho de 2024 e 2023, foram como se segue:

	2023-2024 12 meses	2022-2023 12 meses
Juros obtidos	0,00	77.206,65
Dividendos obtidos	0,00	0,00
Outros rendimentos similares	60,03	26,68
Juros e rendimentos similares obtidos	60,03	77.233,33
Juros suportados	303.363,70	314.110,47
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento	24.052,55	1.733,01
Juros e gastos similares suportados	327.416,25	315.843,48
Resultados financeiros	-327.356,22	-238.610,15

30. OUTRAS INFORMAÇÕES

30.1. DIVULGAÇÕES RELATIVAS A PARTES RELACIONADAS

Partes relacionadas:

Associados e membros do órgão de Gestão (apenas com saldos ou remunerações):

Francisco Dias da Silva
Francisco Senra da silva
Isabel Bastos
Domingos Lopes

Os saldos e transações com partes relacionadas são as que se seguem a 30 de junho de 2024:

Saldos e Transações	Saldo a pagar (empréstimos)	Remuneração 2023-2024
Francisco Dias da Silva	2.233.228	
Francisco Senra da silva		35.140
Isabel Bastos		9.195
Domingos Lopes		21.933

30.2. EVENTOS SUBSEQUENTES

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram quaisquer factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas, para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 5 do Artigo 66.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC).



Após o encerramento do período, ocorreram as seguintes movimentações no plantel:

Entradas	Saídas
Atletas	Atletas
Félix Correia (definitivo)	Gabriel Pereira
Mory Gbane (definitivo)	Maxime Dominguez
Tidjany Touré (definitivo)	Lucas Barros
Marvin Elimbi	Martim Neto
Marco Fernández	Leonardo Buta
Jonathan Mutombo	Afonso Moreira
Diego Collado	Alex Pinto
Jorge Aguirre	Pedro Tiba
Santi García	Murilo Souza
Sandro Cruz	Stanislav Kritsyuk
Josué Sá	Ali Alipour
Yaya Sithole	Kiko Pereira
Facundo Cáseres	Miguel Monteiro
Milos Gordic	Thomas Luciano
Cauê dos Santos (empréstimo)	Miro
Jordi Mboula	Felipe Silva (empréstimo)
Pablo Felipe Jesus	Depú (empréstimo)
João Teixeira	André Simões
	Dalil Ali
	Roko Baturina
	Roan Wilson
	Cláudio Araújo
Eq. Técnica	Eq. Técnica
Bruno Miguel Nogueira Pinheiro	Tiago Manuel Tavares de Sousa
Emanuel Infante Mesquita	João César Gomes Pereira
João Carlos Amaral Marques Coimbra	Abel Alfredo de Sousa Pimenta
	Vítor Fernando de Carvalho Campelos
	Marco César Pereira da Cunha Alves
	João Pedro Figueiredo Duarte de André Magalhães
	Rúben Emanuel Correia Gomes
	Fernando Carlos Silva Baptista
	António José Marreco Gouveia
	Vítor Alexandre Marreco de Gouveia
	Sandro Fernando Silva Cunha



De referir, que para a época 2024-2025, a equipa inscrita na Liga Portugal é a seguinte:

Nº	Nome	Posição	Nacionalidade
40	Picornell	Guarda-redes	Espanha
42	Andrew	Guarda-redes	Brasil
51	Gordic	Guarda-redes	Servia
99	Brian	Guarda-redes	Portugal
2	Zé Carlos	Defesa	Portugal
3	Marcos Fernández	Defesa	Espanha
4	Marvin	Defesa	França
14	Carlos Ventura	Defesa	Brasil
23	Josué	Defesa	Portugal
26	Rúben Fernandes	Defesa	Portugal
39	Buatu	Defesa	Bélgica
45	Mutombo	Defesa	França
57	Da Cruz	Defesa	Portugal
88	Kazu	Defesa	Brasil
5	Caseres	Médio	Argentina
6	Castillo	Médio	Perú
10	Fujimoto	Médio	Japão
15	Yaya	Médio	África do Sul
16	Gui Bezeza	Médio	Portugal
18	J. Teixeira	Médio	Portugal
19	Santi	Médio	Espanha
24	Mory Gbane	Médio	Costa do Marfim
7	Tidjany Toure	Avançado	França
9	Aguirre	Avançado	Espanha
11	Diego Collado	Avançado	Espanha
13	João Pinto	Avançado	Portugal
17	Peixinho	Avançado	Portugal
20	Cauê	Avançado	Brasil
71	Félix	Avançado	Portugal
77	Mboula	Avançado	Espanha
90	Pablo	Avançado	Portugal
97	Jucelio	Avançado	Brasil

Equipa técnica

Nome	Função	Nacionalidade
Bruno Miguel Nogueira Pinheiro	Treinador Principal	Portugal
Emanuel Infante Mesquita	Treinador Adjunto	Portugal
João Carlos Amaral Marques Coimbra	Treinador Adjunto	Portugal
Rafael Peixoto Vieira	Treinador Adjunto	Portugal



A equipa de futebol profissional ocupa atualmente o 10º lugar da Primeira Liga.

30.3. INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

O Órgão de Gestão informa que o Grupo não apresenta dívidas à Autoridade Tributária em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Nos termos do artigo 210.º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, a Gerência informa que a situação do Grupo perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

O valor dos honorários do revisor oficial de contas relativamente às demonstrações financeiras consolidadas ascenderam a 2.000,00 euros.

As demonstrações financeiras do período findo em 30 de junho de 2024 foram aprovadas pelo órgão de gestão e autorizadas para emissão em 13 de setembro de 2024.

30.4. FUNDOS PATRIMONIAIS NEGATIVOS

O grupo apresenta, em 30 de junho de 2024, um total dos fundos patrimoniais negativos de 4,2 milhões de euros. Apesar deste saldo, é convicção da direção do Grupo que a continuidade das operações se encontram assegurada.

Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins. Acresce ainda que a direção prevê a manutenção dos apoios de todas as entidades parceiras, designadamente através da contratualização de subsídios e uma decisão favorável do processo Mateus. No processo n.º 2141/06.1BELSB, o Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa declarou nula a decisão do Conselho de Justiça da FPF, de 22 de agosto de 2006, que se limitou a confirmar, em sede de recurso, a decisão da então Comissão Disciplinar da LPFP, de 01 de agosto de 2006, que sancionou o Gil Vicente Futebol Clube com a descida de divisão. Nesse sentido o GVFC reclama junto da Federação Portuguesa de Futebol o pagamento de uma indemnização a título de danos patrimoniais e morais. Este processo é de natureza e desfecho incerto pelo que apenas é divulgado a título de ativo contingente.

A convicção de continuidade é ainda suportada: (i) nos financiamentos concedidos pelos associados, permitindo que o grupo cumpra as suas obrigações perante terceiros (ii) na garantia dada pelos financiadores privados (associados do clube) que os seus empréstimos, classificados no passivo não corrente (cerca de 2,23 milhões de euros), apenas serão exigíveis quando a situação financeira do grupo se encontre equilibrada; (iii) na previsão do eventual encaixe financeiro e/ou financiamento de créditos garantidos com a alienação de direitos desportivos de jogadores, tal como tem vindo a ser prática nos exercícios anteriores e (v) nos resultados positivos evidenciados nos últimos períodos.



30.5. ATIVOS CONTINGENTES

SDUQ:

Processos judiciais em curso	Valor da ação	Estimativa quanto ao desfecho	Estado
Ação judicial contra Romário Baldé	135.846,66	Impreciso	Audiência marcada final de 2024

Clube:

No processo nº 2141/06.1BELSB, o Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa declarou nula a decisão do Conselho de Justiça da FPF, de 22 de agosto de 2006, que se limitou a confirmar, em sede de recurso, a decisão da então Comissão Disciplinar da LPFP, de 01 de agosto de 2006, que sancionou o Gil Vicente Futebol Clube com a descida de divisão. Nesse sentido o GVFC reclama junto da Federação Portuguesa de Futebol o pagamento de uma indemnização a título de danos patrimoniais e morais. Este processo é de natureza e desfecho incerto pelo que apenas é divulgado a título de ativo contingente.

30.6. PASSIVOS CONTINGENTES

Processos judiciais em curso	Valor da ação	Estimativa quanto ao desfecho	Estado
Ação judicial Romário Baldé	225.464,25	Impreciso	Reconversão. Audiência marcada final de 2024

30.7. DÍVIDAS AO PESSOAL - SALÁRIOS

Do montante processado até 30 de junho de 2024 no valor de 22.892,39 euros, encontram-se por liquidar 12.575,00 euros relacionados com salários de anos anteriores.

30.8. RESPONSABILIDADES E GARANTIAS

O financiamento bancário de curto prazo negociado na Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Noroeste, que em 30.06.2024 apresenta um valor em dívida de 1,7 milhões de euros, encontra-se avalizado por terceiros até ao montante de 6,8 milhões de euros.

O financiamento bancário de curto prazo negociado na Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Noroeste, que em 30.06.2024 apresenta um valor em dívida de 70 mil euros, encontra-se avalizado por terceiros até ao montante de 700 mil euros.


Página 63



O financiamento bancário de curto prazo negociado no Banco Santander Totta S.A., que em 30.06.2024 apresenta um valor em dívida de 2,16 milhões de euros, encontra-se avalizado por terceiros até ao montante de 2,16 milhões de euros.

30.9. RESULTADO DO EXERCÍCIO

O resultado líquido do período ascendeu a 640.285,70 euros sendo na totalidade atribuível a detentores da empresa mãe.

Barcelos, 13 de setembro de 2024

A Direção,


F.C. VILA REAL (FUTEBOL CLUBE)
A Direcção
José dos Reis

A Contabilista Certificada n.º 85550,

Silvia Pato Raiva dos Santos



Parecer do Conselho Fiscal



Relatório de Auditoria



ANTÓNIO FERNANDES,
MARTA MARTINS & ASSOCIADOS
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, LDA

f

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião com reserva

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas de GIL VICENTE FUTEBOL CLUBE (o Grupo), que compreendem o balanço consolidado em 30 de junho de 2024 (que evidencia um total de 9.006.442 euros e um total de fundos patrimoniais “negativos” de 4.199.545 euros, incluindo um resultado líquido de 640.286 euros), a demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a demonstração consolidada das alterações nos fundos patrimoniais e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas na secção “Bases para a opinião com reserva”, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada de GIL VICENTE FUTEBOL CLUBE em 30 de junho de 2024 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data, de acordo com a Norma de Contabilidade e Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião com reserva

A demonstração consolidada dos resultados inclui em “vendas e serviços prestados” o valor de 212.297 euros referente a “quotas”. Não nos foi possível validar esta rubrica nas asserções de plenitude e corte, motivo pelo qual não estamos em condições de emitir opinião sobre o referido valor.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas” abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reserva.



Incerteza material relacionada com a continuidade

Conforme mencionado na nota 11.2 do relatório de gestão e na nota 2 das notas anexas às demonstrações financeiras, as demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações, pois a direção prevê a manutenção do apoio financeiro de outras entidades financiadoras e parceiros, bem como o sucesso futuro do processo judicial em curso relacionado com a despromoção do clube para a segunda Liga. Atendendo a que o passivo corrente é superior ao ativo corrente no montante de 5.636.723 euros e os fundos patrimoniais são negativos no montante de 4.199.545 euros, estamos perante uma situação que comporta uma incerteza material que pode lançar dúvida significativa acerca da capacidade do Grupo assegurar a continuidade da sua atividade.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Ênfase

Conforme divulgado nas notas 11.1 do relatório de gestão e na nota 30.7 das notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas, existem remunerações por pagar de períodos anteriores, em situação de mora, no valor de 12.575 euros.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com a Norma de Contabilidade e Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório consolidado de gestão nos termos legais e regulamentares;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.



Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações



ANTÓNIO FERNANDES,
MARTA MARTINS & ASSOCIADOS
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, LDA.

financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;

- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório consolidado de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório consolidado de gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas na secção “Bases para a opinião com reserva” do Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas, somos de parecer que o relatório consolidado de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre o Grupo, não identificamos incorreções materiais.

Braga, 23 de setembro de 2024

António Fernandes, Marta Martins & Associados, SROC, Lda.

Representada por:

António Manuel Pinheiro Fernandes

Registo na OROC n.º 993 | Registo na CMVM n.º 20160608